

R E V I S T A

ISSN 2764-3867

CONHECIMENTO & CIDADANIA

VOL. 1 | N° 16 - JULHO 2022

Unilateral



Revista Conhecimento & Cidadania

Editorial

Pedro Costa – Editor-Chefe

Munique Costa – Editora Adjunta

Produção e Designer

Edson Araujo

Munique Costa

Pedro Costa

Leandro Costa

Redação

Edson Araujo

Pedro Costa

Munique Costa

Colunistas

Edson Araujo

Leandro Costa

Mauricio Motta

Pedro Costa

Danielly Jesus

O conteúdo do **Caderno ABRAJUC** é de propriedade intelectual e responsabilidade exclusiva da Associação Brasileira de Juristas Conservadores, a Revista Conhecimento & Cidadania, acreditando na relevância ímpar do trabalho e valores da instituição, não faz quaisquer alterações ou deliberações acerca do conteúdo.

O conteúdo do **Caderno Direito nas Escolas** é independente e não tem correlação direta com a linha editorial da Revista Conhecimento & Cidadania.

Todas as entrevistas são previamente consentidas e guardam fidelidade com as declarações dos entrevistados.

O conteúdo desta edição foi produzido por **voluntários** que autorizaram a publicação de seus trabalhos, **não sendo remunerados**, sendo-lhes garantida a menção de autoria.

Revista Conhecimento & Cidadania

Vol. I – Nº 16 – Julho de 2022

Rio de Janeiro – RJ

Curso Menezes Costa – CNPJ 28.814.886/0001-26

ISSN 2764-3867

Unilateral

Por Leandro Costa



O caminho sem volta

Existe uma expressão em inglês chamada “[point of no return](#)”, cuja tradução livre é ponto sem retorno, mas seu significado deve ser compreendido como aquele ponto no qual não há mais como voltar. No jargão aeronáutico tal termo é usado para indicar que a aeronave já avançou em seu trajeto até um determinado lugar em que a capacidade de combustível restante não lhe permite voltar, logo, não importa o que ocorra, deverá o piloto seguir viagem.

Em um raciocínio simples, não há como fazer o retorno quando o trajeto percorrido tenha consumida tanto recurso que inviabiliza a chegada ao ponto de partido. Assim, poucos suprimentos podem impedir que uma tropa recue para se recompor, forçando-a em direção ao combate ou mantendo os soldados em um cerco. A tática de [terra arrasada](#) consiste em levar o inimigo ao ponto que não pode mais recuar, ao passo que, deixa-o sem suprimentos, uma vez que, ao retirar-se do combate, as tropas destroem deliberadamente os suprimentos para que o seu oponente se veja esgotado conforme avança. Caso o exército que está em posição de vantagem continue avançando, chegará ao ponto que não lhe será facultado recuar, sob pena de perecer ante a escassez de suprimentos.

O chamado ponto sem retorno também pode ser aplicado em momentos diversos que uma decisão não permite mais recuar, seja um ato isolado, como o acionamento de uma granada, ou algo de maior impacto, como a declaração de guerra. É indispensável conceber que algumas ações trarão consequências das quais não se pode fugir, sendo inútil qualquer meio de tentar esquivar-se do resultado.

O [aborto](#) é um bom exemplo de tentativa de fugir de algo cujo ponto sem retorno já foi ultrapassado, pois, por mais que o assassinato do filho seja uma forma de não arcar com o resultado, tal nefasta ação manchará de forma irrevogável o infrator. Não importa o quão se esforce, é impossível apagar algo ou alguém do plano da existência.

Indispensável compreender que mesmo uma nação pode chegar ao ponto sem retorno, como o início de uma guerra ou a ascensão de um regime totalitário, uma expressão constantemente usada para definir tal momento é a conhecida, “[cruzar o Rubicão](#)”, que remete ao movimento audacioso feito pelo então general Caio Júlio César, atitude que sabia não podia ser desfeita. O Brasil já experimentou inúmeras passagens em que decisões irrevogáveis foram tomadas, o [Dia do Fico](#) talvez seja a primeira da lista.

Necessariamente, atingir o ponto mencionado, na expressão em inglês, faz com que o indivíduo se veja sem chances de regressar, o que nos remete à conhecida pela sabedoria popular expressão um caminho sem volta, que nada mais é que a impossibilidade de fugir das consequências das escolhas. Há uma sutil diferença entre o ponto sem retorno e o caminho sem volta, posto que, o primeiro presume o esgotamento da possibilidade ante o avanço e o segundo trata de uma escolha que, desde o início, não permitia a desistência, entretanto, ao chegar no ponto sem retorno, fatalmente, chegou-se ao início de um caminho sem volta.

Ao se colocar em tal posição é inevitável perceber que empreitada, que não permite a desistência e ou regresso, torna-se uma via de mão única, que não faculta escolhas e obriga seguir a diante, ainda que carregando o peso do arrependimento. O caminho sem volta passa por uma via unilateral que conduz ao ponto desejado por aquele que traçou o trajeto, independente da aquiescência do infeliz que se vê obrigado a seguir adiante.

O caminho sem volta coloca o indivíduo em uma espécie de curral, será guiado para um destino previamente traçado. Ao assumir que enveredou por uma trilha que não permite o retorno, é natural sentir-se aprisionado, contudo, pode-se constatar que alguns sinais indicavam que o avanço era uma armadilha que, infelizmente, só foi detectada tarde demais, quando a presa já havia sido capturada.

A pergunta que surge é justamente relativa à tal armadilha, haja vista que, em tese, ninguém deixaria ser capturado de propósito. Não há como questionar os motivos que levam alguém a enveredar por um caminho sem volta, entretanto, nenhum veneno será eficiente se for apresentado como veneno e nenhum tirano apresentar-se-á como tal até que tenha força o suficiente para garantir sua condição,

ficando camuflado como qualquer outra coisa até poder expor sua face, momento que, via de regra, terá meios de impor sua tirania e esmagar seus opositores.



As minorias

A armadilha perfeita está na sedução, fazendo o alvo crer que está encontrando conforto nos braços daqueles que o abaterão sem a menor cerimônia quando julgarem que sua serventia se exauriu. A isca é o chamado “sentimento de pertencimento”, para isso, criou-se a ideia das chamadas [minorias](#), grupos que visam abarcar um nicho de pessoas que são convencidas a acreditar-se como serem vulneráveis e, por isso, precisam de proteção e liderança.

Em uma realidade na qual a vulnerabilidade pode ser mais uma questão de perspectiva que a realidade, posto que, pessoas são levadas a acreditar que são frágeis devido a um fator determinante e precisam de tratamento especial, pois são credores da sociedade, devendo, portanto, receber afagos e proteção que lhes garanta uma suposta igualdade de condições. A busca por uma igualdade e compensação artificial, permite ao detentor do poder, do centro nervoso que guia a massa, o que podemos chamar de [Torre de Marfim](#), defina o que é igual, certo, justo ou, até mesmo, verdadeiro.

Manipular pessoas que buscam aceitação tribal tornou-se uma ferramenta fundamental para o controle das massas, assim os [meios de comunicação](#) prestam-se à missão de superestimar o sofrimento, fazendo com que tudo seja interpretado de forma radical, criando a falsa premissa que tudo é agressão e, sendo o caso, [distorcendo o significado das palavras](#) para servir às pautas.

Parece ficcional e honestamente, não fosse tão evidente, acreditaria ser mesmo uma obra da imaginação humana, entretanto, basta observar a pirotecnia em torno de tudo que sirva aos interesses dos que seguram às rédeas dos meios de comunicação, para constatar que tal condução é uma realidade. Não

há como negar que a mídia de grande porte seja intimamente ligada aos detentores do poder, limitando-se a difundir aquilo que a Grade Torre quer que seja propagado, por outro lado, quem quer que ouse se levantar ante as narrativas, acaba sendo acusado de conspirador, haja vista que, o melhor escudo contra uma afirmação embasada é tratar a pessoa que a formulou como louco.

Voltando ao caso das minorias, a ideia de clã e sentimento de pertencimento faz com que indivíduos ávidos por proteção e reconhecimento, seres que precisam da aprovação de um grupo, encontrem conforto aos se alistarem em um regimento das forças revolucionárias. Quando se tem a impressão de um mundo injusto, busca-se o conforto naqueles que não condenem suas ações, ainda que tal anuência seja decorrente de uma falsa premissa, trata-se de uma mentira confortável.

Para muitos, a “[pílula azul](#)” acaba sendo a opção mais vantajosa, pois um pai que abraça diante de uma má ação pode parecer melhor que aquele que sanciona, todavia, a punição tem caráter pedagógico e a substituição da correção por complacência pode fazer com que o indivíduo não seja capaz de reconhecer suas falhas, atribuindo a outrem seu infortúnio. Viver em uma ilusão agradável pode ser a opção para alguns, mas isso é algo que cobrará seu preço, por outro lado, grande parte das pessoas acaba aceitando a mentira para furtar-se das consequências de suas ações, tentando esquivar-se da realidade, ainda que isso lhe custe a escravidão, pois, todo aquele que vive envolto a uma mentira agradável é escravo de sua própria prisão.

As camadas minorias são um convite àqueles que se julgam enquadrar em grupos temáticos, como outrora os sindicatos ou soviets faziam, cooptando assim um considerável número de pessoas para servir à causa revolucionária em troca de afeto e proteção. Ao compreender-se com parte integrante da minoria, o indivíduo aceita os dogmas estabelecidos pelo grupo, em verdade por aqueles que se apresentam como lideranças, abrindo mão de sua existência individual para resumir-se a uma peça de uma engrenagem maior.

Ao passo que o homem integra um grupo temático, há uma natural renúncia aos sonhos individuais em nome de uma pauta maior que o guiará, tornando-se mais vassalo que integrante de tal grupo. O assimilado, necessariamente, deia de existir como indivíduo para ser mero órgão de uma criatura maior cuja essência não compreende.

Renunciar sua existência em razão de uma causa pode fazer sentido quando se acredita em um bem maior, seja a fé em algo divino ou na humanidade em si, mas tal renúncia não se trona algo aceitável quando se dá em favor de uma crença vazia como a igualdade artificial. Na verdade, nenhum integrante dos chamados grupos minoritários se alistam buscando igualdade, sendo movidos pela vantagem, uma vez que, tem como combustível o revanchismo e a compensação por algo que sequer conseguem apontar.

De dívidas históricas imaginárias às diferenças naturais como sendo resultado da construção social, tudo o que os adeptos das falácias das minorias buscam é imputar aos outros as suas incertezas e

dificuldades. A vida parece mais simples quando se tem a quem culpar pelos obstáculos que se apresentam no caminho, sendo assim, ao aderir uma minoria, o indivíduo transfere a um algoz imaginário toda a responsabilidade por seu infortúnio.

Não por acaso, surgem narrativas como, o aborto só existe porque diz respeito às mulheres, como se aos homens fosse facultado matar seus filhos para esquivar-se das responsabilidades. Ignoram os que acreditam ser uma forma de controlar as mulheres o fato de que aos homens nunca é permitido matar seus filhos e às mulheres o abandono, na forma de entrega para adoção, é permitido, mas aos homens não.

Os líderes das minorias tem uma posição bem definida, deixando suas próprias causas em segundo plano para garantir que as pautas revolucionárias prosperem, o que resta evidente quando se confrontam interesses de minorias. Não há uma comoção das feministas contra a atuação dos autointitulados “mulheres trans” nos esportes femininos, casos em que pessoas com constituição masculina acabam por ter considerável vantagem sobre as mulheres.

É escondido do público negro que o mais famoso grupo de supremacia branca, racista, dos Estados Unidos da América teve sua origem no Partido Democrata, acusando a oposição de forma deliberada de ódio racial. O Black Live Matters, que nada mais é que um grupo de supremacia negra, portanto, igualmente racista, atua mais como braço dos revolucionários norte-americanos que em busca de igualdade em si.

Não é diferente o ativismo LGBT e tantos outros setores revolucionários que, rapidamente, se contradizem quando á um choque entre suas pautas, devendo ignorar sua linha de defesa em busca de algo maior. Assim temos o paradoxo das minorias que deixam os seus à deriva para manter a vassalagem em relação ao centro nervoso revolucionário que é a Torre de Marfim.

A farsa

Uma vez assimilados pela promessa de pertencer a um grupo acolhedor que não julga e aceita cada um de seus membros, independentemente de suas falhas, o indivíduo restará como parte integrante do mesmo, deixando sua individualidade para repetir mantras de forma irracional. Tal ritual requer a total rejeição de uma lógica, da maneira que, ao mesmo tempo em que o recém-absorvido se vê acolhido, perde a capacidade de questionar a linha argumentativa do grupo, sendo fagocitado por aqueles que acredita serem seus pares.

Cego pelos mimos que recebe ao ingressar na seita, o neófito ignora que tornou-se apenas um membro de um rebanho a serviço de um mal maior e não relutará em receber seu quinhão de vantagens, seja a benesse que for, pois assim, terá a compensação por servir seus mestres. Para isso, é indispensável acolher todos os ditames do grupo, pois deve ser mais puro que os puros e menos ímpio que os ímpios, buscando ser o mais virtuoso entre os seus, será um vigilante incansável de seus pares, pois, isso o colocará em uma condição de julgador e os demais em posição de julgados.

A mentira das minorias reside justamente no ponto em que cada um pretende ser o fiscal dos demais, não pela missão de manter a harmonia, até por ser isso uma grande falácia, mas para se afirmar como aquele que, dentro daquela minoria, mais representa a causa. Não por acaso, no âmbito dos ativistas LGBT os autointitulados transexuais se colocam como vítimas dos homossexuais para assim terem maior proteção que seus supostos pares.

Entre as mulheres é comum que as negras se coloquem como mais vítimas que as brancas ao passo que entre os negros as mulheres vendam a imagem que são mais carentes que os homens. Uma espécie de leilão de sofrimento” em que a autovitimização é a oferta decisiva.

Tudo isso nada mais é que um espetáculo dantesco cujo objetivo é produzir cada vez mais meios para perseguir e rechaçar inimigos imaginários, que serve como base para criar mecanismos que se prestarão para atacar quaisquer alvos dos verdadeiros detentores do poder. A defesa de teses cada vez mais indefinidas e abrangentes permite ao julgador alcançar seus desafetos, haja vista que, se tudo pode ser interpretado como crime, poderá o juiz condenar quem ele quiser e absolver tantos quanto entender necessário.

Crimes possuem natureza genérica justamente por terem o objetivo de punir condutas e não pessoas, entretanto, crimes unilaterais são, cada vez mais comuns. Tais crimes buscam proteger pessoas por pertencerem a determinadas minorias, não se aplicando à defesa de qualquer um que possa ser alvo da conduta infracional.

A camada Lei Maria da Penha é um exemplo claro de uma norma que trata as mulheres como vítimas de violência doméstica que carecem de proteção, ignorando o considerável número de homens que figuram no polo passivo de tais tipos de crimes, bem como, protegendo mulheres de mulheres, afastando a alegação de que há uma relação de fragilidade em relação aos homens. Por outro lado, se a norma abraça pessoas do mesmo sexo, mulheres, nada deveria impedir sua aplicação quando a agressão envolve dois homens, pois o equilíbrio de forças estaria presente.

Não há como analisar todas as normas unilaterais vigentes no momento, tampouco, os projetos que tentam agravar a situação, contudo, duas questões devem ser enfrentadas para cegarmos a uma análise dos fatos.

A primeira é a tentativa de [unilateralizar](#) o racismo, alegando que é necessária uma relação de poder para que uma conduta seja considerada racista, logo, busca-se transformar o crime em uma via de mão única que permite que grupos, considerados menos privilegiados, possam perpetrar ações nefastas contra indivíduos que teriam “vantagens” no convívio social em decorrência de sua etnia. Tal bestial visão já foi abraçada pelo [Ministério Público](#) e até pelo [Poder Judiciário](#), sendo, não só doentio, mas institucionalizada.

O monstro

Ao ser institucionalizada a perseguição unilateral cria no rupo minoritário uma espécie de relação de poder em relação aos seus supostos opositores, aliciando ainda mais membros que buscam, além do acolhimento, a vantagem em comparação aos outros. Ter em seu favor cotas e o trunfo de invocar uma acusação penal contra qualquer um que o desagrade, ainda que tenha praticado conduta análoga em face do mesmo, seduz indivíduos de caráter fraco ou ávidos por poder, que não se furtarão em reclamar a proteção dos mesmos déspotas que os usam como massa de manobra.

Exigir que cumpra-se uma lei abjeta e desconexa da realidade para subjugar outrem ao se bel prazer, alimenta não o membros da minoria, mas o detentor do poder que, no momento que considerar conveniente, abocanhará o seu vassalo arrogante. Quando se dá mais poder para obter vantagem, [alimenta-se o monstro](#) que comerá sua própria carne quando entender que sua serventia não é mais necessária.

A ambição acaba por levar os líderes das minorias em direção dos poderosos, sacrificando seus servos em nome do poder e alimentando cada vez mais a besta que os usa para subjugar seus supostos rivais. A armadilha reside no ponto em que os membros das minorias acabam tornando-se escravos daquilo que alimentaram, pois, deram tanto poder à besta que não poderão fugir dela sem serem devorados ou gravemente feridos, cegando assim ao caminho sem volta.

Quando se pede a criminalização da mentira, ignora-se que poderá ser o alvo de tal julgamento, pois, dar-se-ão poderes ilimitados àquele que terá a atribuição de dizer o que é verdade, de maneira que, qualquer um poderá ser alcançado pela mão punitiva do julgador. Dar-se à autoridade poderes ilimitados para que garanta proteção e privilégios às minorias, permitindo que atropete qualquer um que ouse se opor à tirania, assim os déspotas se alimentam das necessidades daqueles que, se consideram fracos ou dignos de tratamento especial, tornando-se mais poderosos enquanto fingem atender aos anseios das minorias.

Quanto o indivíduo fragilizado, em grande parte das vezes por narrativas, adere às pautas de grupos que se dizem vítimas de tudo, delega aos piores tipos de tiranos poderes que futuramente voltar-se-ão contra ele, permitindo ser solapado quando não mais servir aos sórdidos interesses de seus supostos protetores. Quando toda a força se voltar contra o fraco e ganancioso ser, restará a ele ser esmagado pelo titã que ajudou a alimentar durante sua desequilibrada busca por atenção, acolhimento e privilégios.

Fugindo da besta

O maior erro em conceder poder absoluto a alguém não reside no fato que o ser humano é falho e poderá corromper-se diante de tamanha força, por mais que isso seja um temor real, ainda há um perigo maior, a cessão de poderes absolutos àqueles que tiveram suas ações motivadas pela ganância. Ainda mais grave que um acidente no qual um indivíduo é corrompido pela soberba é a incúria de entregar o poder ao tirano que planejou sua ascensão movido pela ganância, tendo traçado plano para assumir o poder.

Se o destino levou determinado agente ao topo de uma pirâmide e, ao chegar lá, o mesmo desviou-se de sua missão para aproveitar-se de seus pares, isso faz dele um algoz de seus irmãos, mas, sua bondade poderá ser resgatada, pois, sua corrupção é decorrente da sedução. Por outro lado, aquele que arquitetou um plano para alcançar o poder seduzindo os outros é essencialmente vil e dificilmente desistirá de sua intenta diabólica, sendo um abjeto instrumento do mal que não abdicará de qualquer fração de poder que lhe for concedida ou que obter forçosamente.

Durante a pandemia, não foram poucos que chamaram as autoridades para administrar medidas autoritárias, aplaudindo abusos e atropelamentos que jamais seriam aceitos em um estado de normalidade, O pânico alimentado resultou em uma escalada tirânica de poder que “justificava”, no imaginário de muitos, perseguições e açoites desenfreados e injustificados, trazendo a lume medidas que pareciam mais arcaicas que em eras antigas.

O despotismo fluía desenfreado e grande parte dos desesperados aclamavam por mais medidas tiranas, aceitando e estimulando que governantes, em alguns casos juízes, adotassem medidas enérgicas sem qualquer nexos causal com a propagação da doença. Tudo se justificava por uma premissa de ciência absoluta, por uma obediência irracional que guiava o rebanho aflito por qualquer notícia consoladora.

Por outro lado, grupos que tinham suas teses tratadas como verdades absolutas passaram a sentir-se ameaçados diante questionamentos simples, que não conseguiam refutar, socorrendo-se de medidas que permitiriam a manutenção de suas narrativas como alegações incontestes. Verdadeiros ministérios da verdade surgiram para referendar suas premissas e calar qualquer um que tivesse a audácia de desafiar seus dogmas, as chamadas agências de checagem nasceram para servir quem outrora controlava a informação.

De um lado nasceu a obrigação de provar a veracidade de suas alegações, ainda que contextualizadas fossem reais, deveriam ser redigidas de forma que não pairasse dúvidas nos textos, enquanto, ao lado que já tinha o domínio dos meios de comunicação foi ratificado o direito à desinformação e descontextualizar as alegações, uma espécie de liberdade para mentir irrestrita, ainda que tal mentira fosse imputar àquele que diz a verdade uma falsa acusação.

A ciência tornou-se uma arma indefensável quando a serviço das pautas revolucionárias, mas totalmente irrelevante quando se opondo a elas. Não por acaso a ideologia de gênero massacrou a biologia e mesmo que ouse falar a verdade se vê atacado por órgãos jurisdicionais carcomidos pelas premissas revolucionárias.

O problema é que as pautas ditas progressistas envenenaram a sociedade através da corrupção moral, tomando de assalto a consciência de autoridades, muitas delas acreditando na revolução ou devendo seu poder aos grupos que sustentam tais pautas, o que resulta em uma justiça que serve somente para calar vozes dissonantes e criminalizar todos que possam ser obstáculos aos aspirantes a tiranos.

Através do poder coercitivo dos tribunais, o avanço doentio de quem condena a verdade e quer se impor à força torna-se o caminho para o poder, não importa quantos sejam atropelados pelo expresso do mal.

Aqueles que resistem

Lutar contra a via unilateral acaba sendo um ato de coragem, considerando que o expresso do mal, cujo combustível é a fraqueza que o alimenta, está disposto a massacrar quem se levante contra todos os abusos, ainda que sejam seus próprios servos. Por isso, a grande questão não está em levantar aqueles que não fazem parte da máquina de dominação, mas despertar os que estão presos como peças da engrenagem para que se libertem da prisão mental que foram colocados.

Não por acaso um negro que não compactua com as pautas revolucionárias é acusado de ser um capitão do mato, ou seja, servir um senhor e voltar-se contra os negros. Todavia, o verdadeiro ofício de capitão do mato é exercido, de forma análoga nos dias atuais, pelas lideranças dos movimentos negros, posto que, são recompensados por conduzir seus pares a um caminho sem volta em troca de benesses que lhes são dadas pelas elites revolucionárias.

O despertar dos que estão presos às pautas revolucionárias é importante, não para arregimentar pessoas contra o mal que o dito progressismo é, mas para que saibam que estão enveredando por um caminho sem volta e que serão as maiores vítimas, pois libertar-se da máquina é considerado uma traição pelos senhores da revolução.

Nada é mais ofensivo para um agente da revolução que um desertor e, por isso, todo aquele que tenta se libertar da prisão intelectual dos autointitulados progressista é alvo do ódio indiscriminado dos revolucionários. Assim sendo, deve-se negar poder aos tiranos e renunciar ao absolutismo sempre que possível.

Não importa o quão sedutor seja, enveredar por um caminho sem volta te levará à desgraça, fazendo-o escravo de uma elite despótica que sorverá do seu sangue e não renunciará ao poder.

“O preço da liberdade é a eterna vigilância”

John Philpot Curran

Leopoldina, Um Coração de mulher

Por Maurício Motta



Conforme iniciamos a análise do processo de rompimento político entre o Brasil e Portugal, conhecemos uma das figuras que se tornou pedra angular dos eventos de 1822: José Bonifácio. Nesta oportunidade conheceremos um pouco sobre outra personalidade que teve participação fundamental nos contornos do nosso conturbado processo de independência. Leopoldine Caroline Josepha von Habsburg-Lothringen, arquiduquesa da Áustria (Leopoldina Carolina Josefa de Habsburgo-Lorena).

A análise dos processos históricos não é funcional quando é levada a cabo com pontos de vista afastados do contexto original, sob conceitos e ideologias posteriores aos fatos em análise ou, partindo de uma ideia matriz que utilize os eventos históricos como instrumentos retóricos. Tal ação não passa de desonestidade intelectual, inversão das relações de causa e efeito ou perversão da verdade histórica. Atualmente, muitas são as possibilidades de entendimento sobre a vida e o legado da Imperatriz Leopoldina, alguns apresentados sob o viés da opressão do patriarcado contra a mulher, outros exibindo os interesses de uma elite branca exploradora das riquezas de um povo ou também apresentando-a com a matriarca da Independência e “mãe” dos brasileiros de seu tempo. Para além de qualquer análise subjetiva está a história e os fatos que a compõe, com toda a sua complexidade e possibilidades de entendimento. Quisera Deus que fosse possível apresentar a vida e obra de nossa primeira Imperatriz de maneira pronta e definitiva, como que registrada em mármore. Diante da impossibilidade, vamos aos fatos.

Leopoldina nasceu na cidade de Viena em 22 de janeiro de 1797. Filha do Imperador Francisco I da Áustria, recebeu uma educação primorosa como era comum à tradição dos Habsburgo, iniciada com

seu avô Leopoldo II, que incluía fluência nas línguas alemã, italiana, francesa, inglesa, grega e latim, além de conhecimento nas ciências naturais, em especial a mineralogia e botânica, também literatura e música. Posteriormente, e por motivo de seu casamento, agregou a língua portuguesa a seu conjunto de conhecimentos. Sua formação visava preparar uma figura de Estado e não apenas uma mera reprodutora e geradora de herdeiros. Leopoldina, suas irmãs e irmãos foram educados em uma família católica estruturada e preparada para a condução de Estado, o que repercutiria nas decisões que tomou enquanto princesa consorte do Brasil.

Em 1807 Leopoldina sofreu uma ruptura traumática com o falecimento de sua mãe Maria Tereza de Áustria. Todavia, em segundas núpcias seu pai se casou com Maria Luiza de Áustria que viria a se tornar a figura mais importante em sua formação intelectual. Não tendo filhos, Maria Luiza dedicou seu sólido intelecto à formação da prole de seu marido.

O período em que nasceu Leopoldina foi de muita tensão política e social. A Revolução Francesa estava próxima de seu fim, mas traria à luz do palco da história a figura de Napoleão Bonaparte. A carnificina revolucionária e o expansionismo napoleônico causavam calafrios nas antigas dinastias europeias. Para as monarquias europeias era necessário conciliar o reinado sobre o povo e para o povo, do contrário a possibilidade da perda da coroa sob o exemplo dos revolucionários franceses seria um risco permanente.

Outro instrumento de sobrevivência das dinastias se dava pelos casamentos arranjados. Deixando um pouco de lado a visão romântica contemporânea sobre os casamentos, devemos entender aquela instituição como de fato se encaixava no contexto social e político daqueles tempos. Era um instrumento de sobrevivência, de manutenção das linhagens, de garantia da paz entre as nações ou apenas de inclusão da mulher no tecido social. O amor poderia ser o complemento feliz de uma união de pessoas, ou poderia ser construído por meio da convivência, mas não era ainda um pré-requisito para uma união. Reforçando a ideia já apresentada, a inversão das relações de causa e efeito e a sobreposição dos contextos culturais trazem distorções na compreensão dos fatos.

O casamento arranjado de Leopoldina e de Pedro de Alcântara (Pedro I do Brasil e Pedro IV de Portugal) uniu as casas de Habsburgo e de Bragança, atendendo aos interesses comerciais e políticos das duas casas reais. Assim, por procuração, em treze de maio de 1817 aconteceu em Viena o casamento. O evento foi confirmado no Brasil por uma benção nupcial dada em seis de novembro daquele ano, quando de fato os noivos se viram pela primeira vez.

A vida da recém-casada princesa não seria preenchida por futilidades ou formalidades protocolares, foi necessário que a princesa consorte se pusesse acima das dificuldades de relacionamento, das diferenças culturais, de suas próprias expectativas quanto ao casamento, para permitir que todo o preparo recebido na Áustria pudesse dar frutos, que serviriam mais ao Brasil do que à sua própria

realização pessoal. Não trataremos neste momento das questões relativas à postura conjugal do príncipe e imperador Pedro I, deixando para o próximo artigo esta análise. É fato que a história registrou as infidelidades de Pedro, mas a postura de soberana dignidade de Leopoldina, muitíssimo mais que de submissão conjugal, tinha aspectos de consciência de seu papel político para manter tanto quanto possível a estabilidade do Brasil. Sua criação previa uma postura que seguisse estritamente os protocolos de sua posição político-social. Maior que suas decepções pessoais, estava o estado de onde ela viera e aquele que a recebeu pelo matrimônio. É característica das grandes personalidades da história a aceitação das maiores provas em função de ideais superiores.

De seus nove anos de casamento com Pedro de Alcântara, Leopoldina gerou a Maria, Miguel, João Carlos, Januária, Paula, Francisca e Pedro (Pedro II). Miguel faleceu no parto e João Carlos com apenas 11 meses. Uma possível crise sucessória criada pela ausência de um herdeiro do sexo masculino foi dissolvida pelo nascimento e sobrevivência de Pedro II.

As manifestações políticas no Brasil desde o retorno de D. João VI em 1821 a Portugal, os embates de ideias com relação ao status do Brasil, que iam desde o retorno à condição de mera colônia, passando pela implantação de um regime republicano e chegando a um regime monárquico sob a autoridade do Príncipe Regente, todo esse conjunto de possibilidades preocupava Dona Leopoldina e remetia frequentemente ao movimento revolucionário francês. Em carta dirigida a seu pai, Leopoldina expunha seus receios: *“São Cristovão, nove de junho de 1821. Caríssimo papai, aqui está uma verdadeira miséria. Todos os dias novas cenas de revolta. Os brasileiros são cabeças boas e tranquilas. As tropas portuguesas estão animadas pelo pior espírito e meu esposo infelizmente ama os novos princípios e não dá exemplo de firmeza como seria preciso, pois atemorizar é o único meio de pôr termo à rebelião. Receio que tome consciência tarde demais, com seu próprio prejuízo e só posso ver o futuro negro. Deus sabe o que ainda acontecerá conosco. (...) Aqui é o inferno na Terra e em todos os sentidos piora dia a dia, depois das medidas adotadas”*. Os “novos princípios” a que Leopoldina se referia eram os mesmos que alimentaram a Revolução Francesa. No momento em que escreve a seu pai, os ideais monárquicos absolutos se sobrepunham ao liberalismo e Leopoldina esperava de D. Pedro uma postura de aceitação às determinações de Portugal. Naquele momento, do ponto de vista da princesa, apoiar qualquer movimento separatista no Brasil soaria como adotar os ideais revolucionários franceses e contrariar o contrato de casamento firmado entre duas nações: a sua de nascimento e a adotiva por consórcio.

Em pouco tempo o posicionamento de Leopoldina se converteu e, em oito de janeiro de 1822 ela se dirige a seu secretário: *“(...) Excelente Schäffer, receiam-se aqui muitos distúrbios para o dia de amanhã. Terá ouvido alguma coisa? O Príncipe está decidido, mas não tanto quanto eu desejaria. Os ministros vão ser substituídos por filhos do país que sejam capazes. O governo será administrado de um modo análogo ao dos Estados Unidos da América do Norte. Muito me tem custado alcançar isto tudo. Só*

desejaria insuflar uma decisão mais firme". Não se poderá saber o que teria acontecido na noite do dia oito de janeiro nos aposentos do Palácio de São Cristóvão, mas no dia seguinte a este contato entre Leopoldina e seu secretário, ocorre o muito conhecido pronunciamento do "fico".

Em dois de setembro de 1822, Leopoldina na condição regente interina, presidiu reunião do Conselho de Ministros. A situação do país era insustentável em razão das manifestações e distúrbios no Rio de Janeiro e, mesmo que influenciada pelas ideias de seus ministros (Bonifácio em especial), Leopoldina redige a carta que deu caráter decisivo ao processo de independência: "Pedro, o Brasil está como um vulcão. Até no paço há revolucionários. Até oficiais das tropas são revolucionários. As Cortes Portuguesas ordenam vossa partida imediata, ameaçam-vos e humilham-vos. O Conselho de Estado aconselha-vos para ficar. Meu coração de mulher e de esposa prevê desgraças, se partirmos agora para Lisboa. (...) O Brasil será em vossas mãos um grande país. O Brasil vos quer para seu monarca. Com o vosso apoio ou sem o vosso apoio ele fará a sua separação. O pomo está maduro, colhei-o já, senão apodrece. (...) Pedro, o momento é o mais importante de vossa vida. Já dissestes aqui o que ireis fazer em São Paulo. Fazei, pois. Tereis o apoio do Brasil inteiro e, contra a vontade do povo brasileiro, os soldados portugueses que aqui estão nada podem fazer".

Sete de setembro, mesmo em face das ameaças internas e externas, mas contando com o amor de seu povo, com a presença amorosa e dedicada de uma mulher que, com dignidade exerceu seu papel na história do Brasil, este país rumou para a liberdade. Leopoldina, arquiduquesa, princesa consorte, imperatriz do Brasil, todos os títulos nobiliárquicos que apenas adornaram uma personalidade forjada para liderar, preparada para servir à nação, disposta à resignação diante das contrariedades.

Tantas renúncias e lutas acabaram por cobrar seu preço no espírito sensível da imperatriz. Possivelmente em razão de uma septicemia pós-parto, dos poucos recursos de medicina da época, mas, agravada em grande parte pela depressão que se manifestava diante das crises matrimoniais e da necessidade de manter a fortaleza diante das agruras do trono, no dia onze de dezembro de 1826 a imperatriz faleceu.

O Brasil perdia naquele dia uma grande mulher, uma grande brasileira ainda que adotiva. Exemplo de dignidade e consciência de seu dever à frente de um Estado que nascia. Que o Bom Deus ressalte e preserve em nossas melhores lideranças contemporâneas sua majestática dignidade, nobreza de sentimentos e seu coração revestido de patriotismo.

A propedêutica da nossa sociedade

Por Edson Araujo



Na medicina, chama-se propedêutica, a parte que trata dos diagnósticos. De alguma forma existe uma propedêutica sociopolítica que pode ser usada em nosso momento histórico para de alguma forma entendermos a mentalidade e por fim o comportamento da sociedade brasileira hoje.

Trabalhando os sintomas, percebemos qual o estado do “organismo,” no qual estamos inseridos. Temos sintomas preocupantes como, autoritarismo, censura, perda de direitos, descredibilidade das instituições de um modo geral – cada uma em seu percentual – Entre outros sintomas negativos.

Fica claro que o organismo está doente e há que tratá-lo, antes que embora grave, a doença, não seja fatal.

Durante várias décadas, várias formas de tratamento foram aplicadas, mas sempre na tentativa de amenizar os sintomas, ainda que se percebesse o agravamento claro das doenças, entre elas a corrupção e a ignorância.

Como todo o organismo conectado a natureza, em algum momento há que reagir, e estando seu sistema imunológico forte o bastante, despertará as células certas e em quantidade suficiente para recuperar-se e se assim for, nada, sem dúvida será capaz de parar esta reação até que o organismo esteja totalmente recuperado.

Trazendo esta analogia para nosso momento, vemos que nossa nação se encontra com uma doença grave e várias metástases por todo seu corpo, mas não o suficiente para ser fatal.

Temos ainda neste grande organismo chamado Brasil, um grande número de células dispostas a entrarem em campo para dentro deste sistema de doenças, ativarem o principal fator de defesa imunológica: as virtudes!!

A primeira delas, o patriotismo, já convocou todas as células disponíveis para ainda a tempo, promoverem saúde moral e espiritual, estas que sem dúvidas são o antídotos para qualquer veneno que fora inoculado.

O sistema imunológico da nação está pronto, e cada vez mais forte para combater o câncer que outrora acometera este sagrado corpo chamado, Brasil.

Algumas células, ainda adormecidas já se puseram a despertar para uma doença que por mais que ofereça algumas vantagens, no final como qualquer câncer, matará todo o corpo, inclusive as células que por qualquer motivo que seja, deixaram de combater a doença.

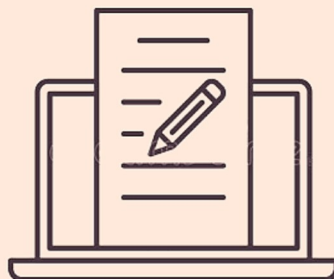
Valores morais, cristianismo, conservadorismo e toda a forma de elevada maneira de viver, agem como nutrientes para que toda essa empreitada tenha sucesso, e terá.

A batalha esta apenas começando, como todo câncer, ele fará o que precisar para se manter vivo, mas a nossa eficiente evolução já nos aportou toda a inteligência necessária para, de trincheira em trincheira, irmos avançando, tomando terreno até que estejamos seguros da saúde de nosso amado organismo chamado, brasil.

Que assim seja.

Que deus abençoe nossa jornada!!!

REVISTA CONHECIMENTO & CIDADANIA



**Acompanhe nosso
blog!**

Somos todos iguais

Por Pedro Costa

Creio que todos já ouviram esta expressão, o problema é quando as pessoas levam para o lado denotativo. Não há como dizer que todos são iguais, em realidade, nem mesmo que um é igual ao outro, mesmo caso fossem gêmeos idênticos.

A ideia conotativa, a que cria um sentido na expressão, é dizer que somos capazes, diminuir a inveja e fazer com que aquele indivíduo busque uma melhora, ou seja, alguém saudável, sem complicações cerebral nem física, olhar para outro e invejar o ponto em que aquele está, indiferente se foi sorte, herdado, somos todos iguais, você é tão capaz quanto, corre atrás e chega lá, mas, diferente daquele que se submete aos atalhos, muitas vezes sendo um caminho derradeiro, crie um trabalho a longo prazo.

Não inveje o próximo, caso ache que determinada pessoa não é capaz de estar onde está, primeiro olhe para si, “Quanto de você existe naquilo que você odeia?” (Freud), julgamos alguém por não merecer estar onde está, e de fato, muitas vezes essa pessoa realmente não merece, todavia, você merece? Pois todos somos iguais, pode haver alguém mais capaz para este fim, que se esforça mais.

A expressão tinha um valor significativo, algo bom, no sentido de acender uma vontade de melhora, não apenas financeiramente, fisicamente, mas do mental também, no fundo daquele indivíduo, mesmo que no momento este ignorasse, tal frase ficaria em seu subconsciente, todavia, com uma educação precária, obviamente proposital, pois há um motivo para quererem uma sociedade “menos pensante” por assim dizer, uma sociedade a qual ser cético é um defeito – Como você acredita que armar os inocentes trará uma diminuição na criminalidade? Eu vi na televisão que aumentaria – e a pessoa aceita cegamente no que a mídia diz, para que raciocinar sobre, as informações já vieram bonitinhas. É como se a mídia fosse a mãe pássaro, passando os alimentos mastigados para o filhote, este que por imaturidade apenas engole, embora no caso do pássaro seja normal, pois é um filhote, nesta analogia temos adultos nessa condição, onde apenas engole o que lhe for dado, indiferente do que seja, aliás, é cômodo se ausentar de pensar, buscar outra fonte de informação, colocar no papel e fazer uma comparação das narrativas, tentar compreender o que de fato ocorreu para que seja possível chegar próximo a verdade.

Nesta sociedade atual, onde a fragilidade é exaltada, a expressão tornou-se inócua, usada para cobrir erros, a ponto de ser usada por criminosos com um complemento ainda mais, ficando “somos todos iguais aos olhos de Deus”, misturam o conceito de Deus sempre perdoar com esta frase, como uma forma de amenizar seu pecado, todavia, ambos estão deturpados, a ideia não é essa, qualquer ser com mais de 5 anos consegue chegar na conclusão que isto está completamente errado, o sentido é dizer que um pai não diferencia seus filhos, ambos terão o mesmo tratamento para devido ato, Deus não julga sua cor, não julga se você é cego, cadeirante, mas ele irá julgar suas convicções, suas escolhas, o ato, não a pessoa.

Embora Pablo Neruda seja um helminto social, retém uma frase que podemos utilizar neste caso. “Você é livre para fazer suas escolhas, mas é prisioneiro das consequências” aplicando ao conceito anterior, Deus não te julgará por ser um humano, mas sim pelas suas escolhas, sejam boas ou más, as consequências serão definidas.

Quando trazemos o sentido deturpado, com uma resistência zerada, apenas levando tudo ao pé da letra, pode-se ter a ideia de que sermos todos iguais justifica meu erro, pelo erro daquela pessoa, ou que se fosse o outro no seu lugar, este faria o mesmo. Não deve-se comparar erros de um indivíduo para o outro, pois todos temos um pecado, o certo é decidir medindo quem se afasta mais do correto. O fato de alguém trair seu cônjuge não o faz tão pecaminoso quanto um assaltante, mas não é por existir um assaltante, que seu adultério deixa de ser um pecado. Lembrando que digo pecado da forma lúdica, não minimizando na religião, mas sim tratando de forma mais pesada do que um erro, pois as pessoas acham brando quando falamos de falhas, pois é normal termos.

Apesar de ser natural que cometemos erros, somos falhos, naturalizar isto é atenuar a situação, um adolescente pegar a caneta do amigo e não devolver é normal, isto é atenuar um pequeno furto, faz menos de um ano que terminei meu ensino médio, isso é factível, lidado com risos, como se não fosse nada demais, embora seja uma mensagem que um pequeno furto nem é nada demais, todos fazem, todos são iguais. Quando uma falha não é alvo de correção, esta se proliferará, é como uma praga, caso não seja exterminada, irá contaminar todo o ambiente, fazendo com que isso se perdure, aquela criança se forma e pratica o mesmo no trabalho, enquanto novas crianças chegam naquele ambiente, se corrompem e seguem esse ciclo. Vemos o quão deteriorado está nossa sociedade, quando até nossas expressões estão desvirtuadas.



Somos todos iguais perante o dever moral.

(Immanuel Kant)

Um povo sem símbolos é um povo sem identidade

Por Danielly Jesus



Para que a esquerda consiga êxito em seus planos é necessário que algumas etapas sejam concluídas. Uma destas etapas é a destruição do conceito de soberania nacional, a começar pela abolição da propriedade privada. **Karl Marx**, na obra *“O Manifesto Comunista”*, escreveu: *“Neste sentido, os comunistas podem resumir sua teoria nesta fórmula única: abolição da propriedade privada (...) em resumo: acusai-nos de querer abolir vossa propriedade. De fato, é isso que queremos.”*

A abolição da propriedade privada reflete a perda da liberdade, a soberania em produzir, em gerar riqueza, suprimindo a individualidade. E assim como a expropriação da propriedade retira a individualidade, o sequestro de símbolos nacionais derruba o conceito de soberania nacional, fazendo com que determinado povo não reconheça sua identidade.

Recentemente temos visto este ataque sumário aos símbolos nacionais por parte da ala vermelha do espectro político. O primeiro ocorreu contra o Hino Nacional Brasileiro no início deste ano.

Guilheme Terreri, nome civil da drag queen **Rita Von Huty**, teceu um comentário completamente jocoso ao participar do podcast *“Embrulha Sem Roteiro”*, que foi ao ar no dia 29 de março deste ano.

Formado em Letras pela Universidade de São Paulo (USP), Guilherme inicia seu discurso falando sobre o ***Parnasianismo***: estilo que se desenvolveu na poesia a partir de 1850, na França, com o objetivo de *retomar a cultura clássica*. “*Eu lembro de estar tendo essa aula (de Parnasianismo) muito boa, com uma professora muito boa, e ela explicar ‘Olha, o Parnasianismo é esse movimento que fazia arte pela arte.’ Um dos poemas parnasianos mais famosos é sobre um vaso. Quando você lê os parnasianos, você pensa: que c..., que m... é essa??*” Logo em seguida, ele disserta sobre o Hino Nacional: “*O Hino Brasileiro é parnasiano. ‘Ouviram do Ipiranga às margens plácidas’. Qual que é o sujeito dessa frase? E por que que não é ‘Às margens plácidas do rio Ipiranga ouviram’? Porque f... o povo, não é pra você entender, é só pra você cantar... que p... de hino é esse que a gente não pode cantar??*”

Antes de prosseguir com este artigo, uma recomendação: independente do curso superior que se interesse, jamais estude na USP. José de Alencar e Monteiro Lobato revirar-se-iam em seus túmulos ao descobrirem que a universidade, que outrora tinha tanto prestígio, tornou-se antro de obscenidades (principalmente provenientes da esquerda).

Dito isto, sigamos.

Ao que tudo indica, Guilherme, mesmo sendo graduado em Letras, não conhece muito bem as regras do sujeito e predicado. Então, explicaremos aqui.

O sujeito e o predicado são os ***termos essenciais da oração***. O ***sujeito*** é aquele que realiza ou recebe a ação, e o ***predicado*** comporta o verbo, informando a ação realizada ou recebida pelo sujeito.

A oração pode ser construída de várias formas:

- 1) **Ordem direta**: quando o sujeito aparece **antes** do predicado (é a forma mais usual)
- 2) **Ordem inversa**: quando o sujeito aparece **depois** do predicado (a exemplo do Hino Nacional)
- 3) **Sujeito no interior do predicado**: quando o sujeito aparece **ENTRE** o predicado.

Para pessoas como o senhor Guilherme, é mais fácil tripudiar da riqueza do Hino Nacional a ensiná-lo. E zombar desta forma de algo tão precioso que representa uma nação mostra apenas que a ala vermelha avança em sua agenda nefasta de anular a identidade do povo brasileiro.

Há alguns poucos dias, uma juíza eleitoral deu uma declaração absurda: que a bandeira nacional deveria ser proibida de ser exibida, pois ela representaria apenas “um lado da política”.

Ana Lúcia Todeschini Martinez, titular do cartório eleitoral de Santo Antônio das Missões e Garruchos disse durante uma reunião com representantes de partidos que seu entendimento era que a bandeira do Brasil poderia ser considerada uma propaganda eleitoral a partir do início oficial da campanha, no próximo dia 16 de agosto. Para ela, o símbolo nacional tornou-se marca de “***um lado da política***” no país. Ela não cita o presidente Jair Bolsonaro, mas fica evidente o raciocínio da magistrada.

“É evidente que hoje a bandeira nacional é utilizada por diversas pessoas como sendo um lado da política, né? Hoje a gente sabe que existe uma polarização. De um dos lados há o uso da bandeira nacional como símbolo dessa ideologia política (...) se ela tiver fixada em determinados locais, a gente vai pedir pra retirar.”

Assim como ensinamos um graduado em Letras regras básicas de uma oração, agora o faremos com esta magistrada que, ao que parece, cabulou as aulas de Direito Constitucional. O artigo 10 da Constituição de 1988 deixa claro:

A Bandeira Nacional pode ser usada em todas as manifestações do sentimento patriótico dos brasileiros, de caráter oficial ou particular.

E o artigo 13, parágrafo 1º, determina que a bandeira é **SÍMBOLO NACIONAL**:

São símbolos da República Federativa do Brasil a bandeira, o hino, as armas e o selo nacionais.

A referida juíza parece não entender a gravidade da situação ao proibir que brasileiros, cidadãos de bem e patriotas, utilizem a bandeira nacional. Porém, quando a classe artística sequestra e vilipendia o símbolo maior da nação, ficam “elas por elas.”

A cantora Bebel Gilberto, filha do cantor de MPB João Gilberto e sobrinha de Chico Buarque, “sambou” em cima da bandeira do Brasil em uma apresentação nos Estados Unidos. Em inglês, ela disse: ***“Peço desculpas por fazer isso, mas vocês acham que estou orgulhosa de ser brasileira?”***

Nenhum juiz se manifestou contra este ataque e a “mídia tradicional” (salvo alguns pouquíssimos jornalistas) não abordaram o ocorrido.

Boris Casoy, um dos maiores jornalistas do país, que atualmente é comentarista da CNN Brasil, comentou sobre o caso: ***“Foi um ato deliberado, um ato hostil ao Brasil e extremamente ofensivo ao Brasil e aos brasileiros. Inclusive com o agravante de estar acontecendo no exterior.”***

Boris, inclusive, ressalta algo interessante: ***“Estranha muito (quero dizer, a mim não estranha) que a classe artística não tenha se manifestado a respeito disso. Será que é uma identificação ideológica da esquerda brasileira?”***

Quando atos contra símbolos nacionais são realizados e nada é feito para combater, a identidade nacional, a soberania acaba se esvaindo, e este é justamente o objetivo do progressismo. Quando um povo não possui nada que o destaque dos demais, ele está sujeito a ser dominado por qualquer um. Em resumo: nenhum destes ataques é sem propósito, e o silêncio de quem deveria se manifestar contra mostra que o plano de tornar o brasileiro um “zé ninguém”, segue a pleno vapor.



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE JURISTAS CONSERVADORES

Caderno ABRAJUC

NOTA ABRAJUC

A *Associação Brasileira de Juristas Conservadores – ABRAJUC*, é uma entidade apartidária, que congrega profissionais de diversas áreas do Direito, em todo território nacional, tendo sido criada com o objetivo de estudar e difundir os valores do conservadorismo. Como tal, defende as instituições consolidadas, tanto as públicas, quanto as referentes à família e valores morais do povo brasileiro.

A defesa intransigente das instituições consiste na observação constante do seu funcionamento e respeito às regras definidas em lei e na Constituição Federal. Portanto, nenhum outro norte deve justificar condutas e decisões quando o ambiente é de um Estado de Direito, pautado por liberdades democráticas.

Nesses termos, imperioso colacionar que as atribuições e competências do Supremo Tribunal Federal estão elencadas na Constituição Federal de modo taxativo, principalmente no que se refere aos limites de sua competência na função jurisdicional.

As regras de competência definidas na Constituição têm natureza excepcional, de modo que devem receber uma interpretação restritiva, ficando a competência residual para a justiça estadual.

Não é sem propósito que o texto maior tenha se ocupado de delimitar esses poderes; a real intenção é evitar a formação de tribunais e juízos de exceção, expressamente vedados no art. 5º, inciso XXXVII.

Do mesmo modo, no sentido de preservar o direito à liberdade e salvaguardar os cidadãos da vindita do inimigo, aprisionou as condutas criminosas, passíveis de penas restritivas de liberdade, dentro de tipos bem delimitados por verbos, protegendo até o julgador dos seus próprios pecados, inerentes a todo ser humano.

O pensamento conservador é naturalmente ponderado, de modo que se situa equidistante do pensamento reacionário e das ideias revolucionárias. Assim, acreditar que a lei não possui elasticidade interpretativa e deve permanecer estática diante das modificações sociais é um raciocínio reacionário tão prejudicial e destrutivo quanto o agir revolucionário que tende a virar as costas para as leis sob o fundamento de atender propósitos e convicções pessoais do intérprete, ainda que amparados pelas intenções mais elevadas e admiráveis.

A repartição republicana do poder não agasalha esses passos incontidos, sob pena de uma indesejável ruptura, o que sempre precede o triunfo do arbítrio e do sofrimento do povo.



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE JURISTAS CONSERVADORES

Caderno ABRAJUC

Na posição de observadora do momento político brasileiro, **a ABRAJUC vem a público externar sua discordância com as prisões realizadas pelo Supremo Tribunal Federal** sem o necessário respeito ao devido processo legal, com a incidência sobre cidadãos sem foro por prerrogativa de função e cujas condutas não encontram tipicidade na lei penal, tampouco no ambiente constitucional onde a regra é da liberdade de expressão.

Se a honra objetiva ou subjetiva de alguém vier a ser ferida, não há qualquer previsão legal de pena que enseje prisões preventivas; o mesmo se diga de qualquer conduta que configure ameaça.

Se a lei não é boa, ao cidadão e às autoridades cumpre apenas crítica-la e cumpri-la; sendo função exclusiva do legislativo modificá-la.

O ataque às instituições vem acontecendo, principalmente, pelo desrespeito as leis e, por conseguinte, à vontade popular.

A democracia é o regime onde impera a vontade da maioria, embora com respeito aos direitos fundamentais de todos; já o regime que funciona de maneira contra-majoritária, impondo o pensamento da minoria, flerta com o totalitarismo e não pode conviver com as liberdades democráticas.

Portanto, a ABRAJUC concita, mais uma vez, que as autoridades se debrucem sobre as leis e, melhor ainda, ajoelhem-se diante delas, reconhecendo a força do Estado de Direito que se reverbera na necessária autocontenção dos poderes constituídos, que devem voltar a transitar em seus ambientes constitucionais de competências Institucionais.

Associação Brasileira de Juristas Conservadores
República Federativa do Brasil, 28 de julho de 2022

Variedades

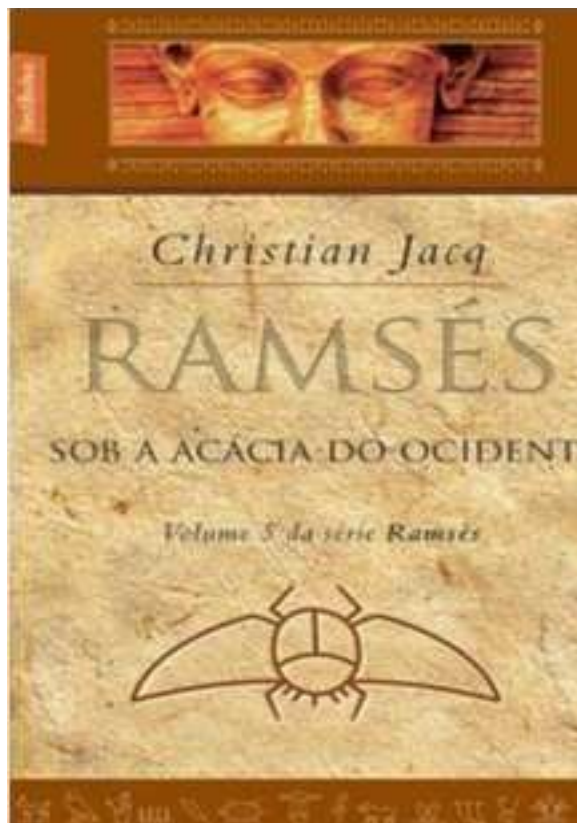
Sugestões culturais

Por Edson Araujo

Livro:

Ramsés: Sob a Acácia do Ocidente (Vol. 5)

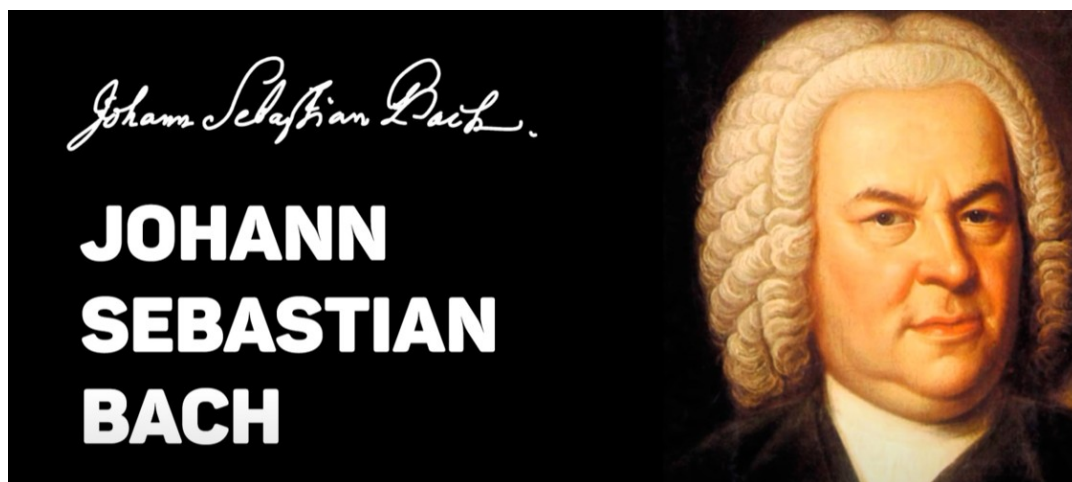
Aos 50 anos, após ter conduzido o Egito a uma deslumbrante prosperidade, Ramsés poderia aspirar à serenidade da avançada idade. Mas o seu fabuloso destino não lhe permite ainda: tem de governar. Ramsés tenta, acima de tudo, preservar a paz duramente conquistada. Ramsés oferece à esposa real o mais fabuloso presente: manda erguer, em Abu-Simbel, dois templos como símbolo de seu amor eterno. Neste quinto e último volume - Ramsés, aos cinquenta anos de idade, aspira à serenidade da idade avançada. Porém, mais uma vez terá de ceder ao capricho Hitita: ao perder Nefertari e Iset a Bela, será obrigado a desposar a princesa Hitita para conservar a tão sonhada paz.



Música:

Música Clássica Relaxante Bach, Weber, Chopin, Tsjaikovski

[Clique na imagem e ouça](#)



Poema:**Se Eu Pudesse****Poema de Fernando Pessoa com narração de Mundo Dos Poemas**

Fernando António Nogueira Pessoa (1888 — 1935) foi um poeta, filósofo, dramaturgo, ensaísta, tradutor, publicitário, astrólogo, inventor, empresário, correspondente comercial, crítico literário e comentarista político português. Um dos maiores génios poéticos de toda a nossa Literatura e um dos poucos escritores portugueses mundialmente conhecidos.

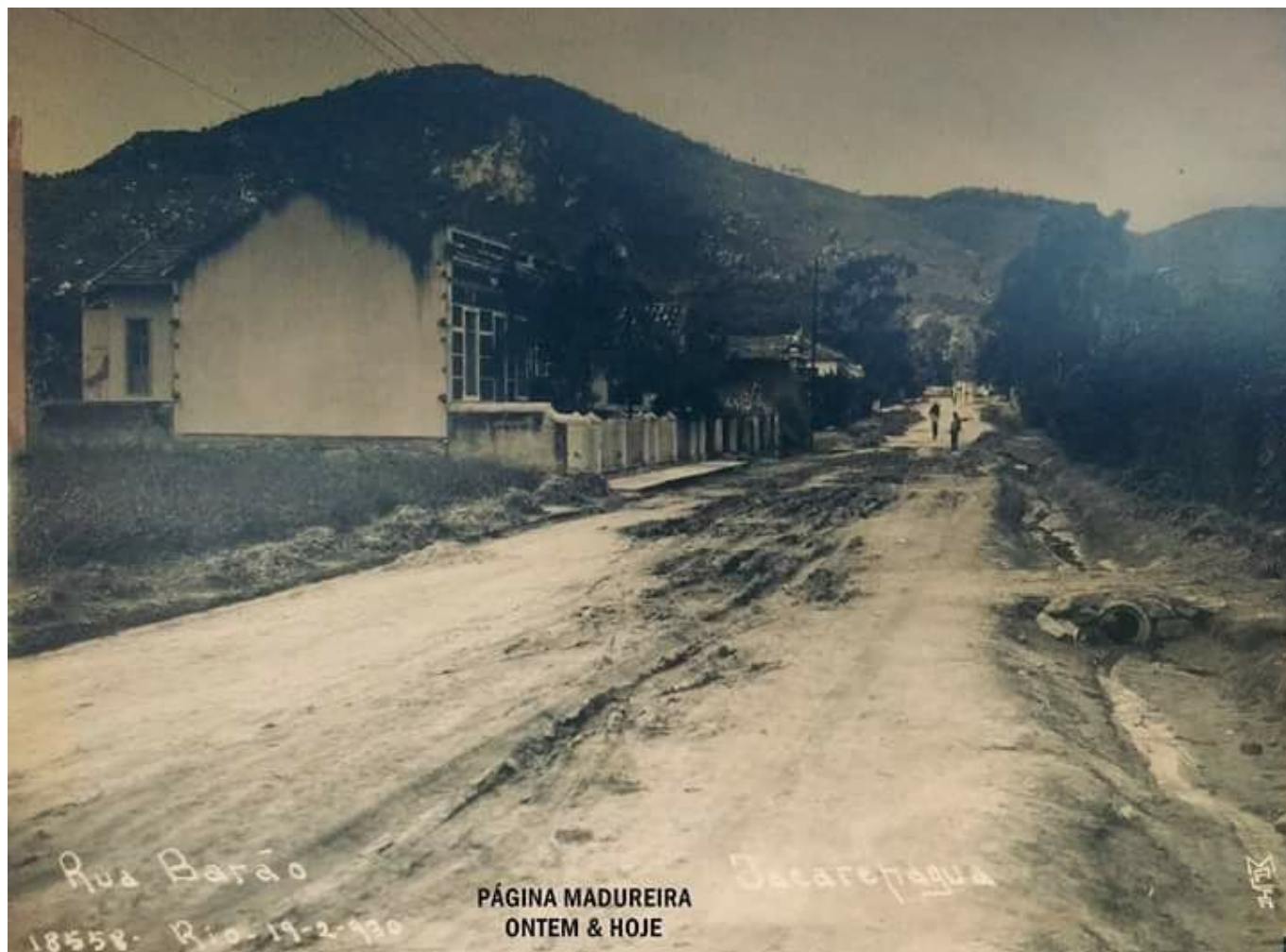


A sua poesia acabou por ser decisiva na evolução de toda a produção poética portuguesa do século XX. Se nele é ainda notória a herança simbolista, Pessoa foi mais longe, não só quanto à criação (e invenção) de novas tentativas artísticas e literárias, mas também no que respeita ao esforço de teorização e de crítica literária. É um poeta universal, na medida em que nos foi dando, mesmo com contradições, uma visão simultaneamente múltipla e unitária da Vida. É precisamente nesta tentativa de olhar o mundo duma forma múltipla (com um forte substrato de filosofia racionalista e mesmo de influência oriental) que reside uma explicação plausível para ter criado os célebres heterónimos – Alberto Caeiro, Álvaro de Campos e Ricardo Reis, sem contarmos ainda com o semi-heterónimo Bernardo Soares.

Para ajudar a continuarmos com este trabalho, doe qualquer quantia: PIX: 28.814.886/0001-26

Os pioneiros da região da Praça Seca As ruas da região e quem foi homenageado nessas ruas

Por Munique Costa



Rua Barão em 1930

No início do século XX, O Morro Inácio Dias tinha bonito visual, com densa floresta e muitas nascentes. Lá embaixo, no Vale do Marangá, os pioneiros da região possuíam vida bem diferente dos dias de hoje. O cavalo era o auxiliar mais importante do homem. Tudo era feito com ele, inclusive passeios. As mercadorias eram entregues a cavalo: correios, leiteiros, quitandeiros, tripeiros e vassoueiros. Muitas pessoas que hoje são nomes de ruas viveram e confraternizaram-se entre si na região da Praça Seca nessa época. Eles viram surgir o loteamento do vale e, ainda vivos, a homenagem de Ter os nomes vinculados às ruas, devido ao pioneirismo.

A casa onde morou Cândido Benício da Silva Moreira ainda existe. Atualmente, funciona o Educandário Nossa Senhora da Vitória, na Rua Cândido Benício número 2.610, em frente ao IPASE. Quando o Cândido Benício construiu aquela casa, em 1885, o logradouro ainda se chamava Estrada de Jacarepaguá. Na década seguinte, por iniciativa do Barão da Taquara, a rua recebeu o nome atual, em

virtude dos serviços prestados ao povo de Jacarepaguá pelo jovem médico e político Cândido Benício da Silva Moreira. Ele nasceu em Niterói. No dia 9 de novembro de 1864. Concluiu, com brilhantismo, o curso de humanidades do Colégio Dom Pedro II e se formou pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1885. A tese de doutorado foi apresentada no dia 5 de setembro de 1885: “Estudo Crítico das Operações Reclamadas pelas Coartações Uretrais”. Essa tese foi publicada pela Tipografia Carioca e existe um exemplar na Biblioteca Nacional. Foi interno no Hospital da Misericórdia da Corte, e, depois de passar em diversos hospitais, exerceu os cargos de delegado da Inspetoria Geral de Higiene e delegado de higiene de Jacarepaguá.

No dia 30 de outubro de 1892, Cândido Benício recebeu nas urnas verdadeira consagração popular, sendo eleito para o primeiro Conselho Municipal do Distrito Federal. Tomou posse no dia 2 de dezembro de 1892, em sessão de gala do conselho, presidido por Cândido Barata Ribeiro. Depois disso, ainda vivo, sentiu a gratidão popular ao ser dado seu nome à rua onde morava. Cândido Benício faleceu bem jovem aos 33 anos de idade, no dia 19 de dezembro de 1897. O féretro saiu da sua residência na Rua Cândido Benício para o Cemitério do Pechincha, com a presença, entre outras personalidades, do Barão e Baronesa da Taquara. Cândido Benício era casado com Dona Ana (Nicota), descendente da família Rangel de Vasconcelos, de muita tradição em Irajá. O pai de Dona Ana foi D^oAntas Rangel de Vasconcelos, antigo intendente (vereador) do Distrito Federal. O seu avô foi o Coronel Rangel de Vasconcelos. A Avenida Ernâni de Cardoso antes se chamava Coronel Rangel em sua homenagem. O irmão de Dona Ana, Carlos D^oAntas de Vasconcelos, inclusive, batizou o seu filho com o nome do cunhado: Cândido Benício Rangel de Vasconcelos, que foi promotor da justiça militar. Carlos tinha mais duas filhas: Clarinda e Carlinda.

Emília Joana, nascida na Fazenda da Taquara, no dia 6 de outubro de 1861, foi a primeira filha de Francisco Pinto da Fonseca Teles, que, mais tarde receberia o título de Barão da Taquara. Sua mãe, Joana Maria da Penna, faleceu muito jovem. Quando Emília Joana se casou com o português Albano Raimundo da Fonseca Marques, foi morar no antigo Engenho de Fora, propriedade do pai, o Barão da Taquara. O Albano, no mesmo lugar da antiga sede do engenho, edificou a Vila Albano em 1894, bem mais moderna do que a construção anterior. O Albano nasceu em Portugal no dia 29 de agosto de 1852, veio para o Brasil com apenas 13 anos de idade e faleceu, na Vila Albano, em 18 de agosto de 1903. O casal teve seis filhos, todos nascidos na região da Praça Seca: Francisco (o Chiquinho), Maria Emília (a Mocinha), Albano (o Juca), José (o Zezé), Leocádia (a Cidinha) e Antônio (o Toninho). Como os filhos, Emília Joana também tinha apelido: Miloca.

O primogênito Francisco Pinto da Fonseca Marques nasceu quando Emília Joana tinha 19 anos de idade, em 1880. O Chiquinho casou-se com Joana França. Dessa união nasceram três filhos: Albano Raimundo, Maria Cristina e Marina (esposa do Ministro Álvaro Dias), todos foram morar na Zona Sul do

Rio de Janeiro. Francisco Pinto faleceu aos 42 anos de idade em 17 de novembro de 1922. A Maria Emília (a Mocinha) casou-se com o tio, Francisco Pinto da Fonseca Teles, filho do Barão e a Baronesa. O casal teve apenas um filho: Francisco da Taquara da Fonseca Teles. O Zezé, outro filho de Dona Emília, casou-se com a irmã do Washington Bueno, Dona Consuelo Bueno da Fonseca Marques, que tiveram um filho: Paulo Bueno. O Antônio (o Toninho) também deixou uma neta para a Dona Emília: Marília Geanini da Fonseca. Juca e Candinha permaneceram solteiros. A Candinha, inclusive, morou com a mãe até ela falecer. Em 1918, com a morte do Barão da Taquara, Emília (já viúva) herdou parte da antiga Fazenda do Engenho de Fora. As terras foram vendidas aos poucos. Quando Dona Emília Joana morreu no bairro do Flamengo no dia 18 de março de 1949, aos 87 anos de idade, não possuía mais nada na Praça Seca.

As propriedades do Mato Alto, incluindo a Vila Albano, foram vendidas no final da década de 1930, por intermédio do seu filho Zezé, ao jornalista da extinta A Noite, Geraldo Rocha. Este, em dezembro de 1943, revendeu a grande área para o IPASE. Somente a partir de 1956, no Governo de Juscelino Kubitschek, começou a construção do atual conjunto habitacional. Em 1958, chegaram os primeiros moradores. Em 1962, houve grande invasão, quando muitas famílias ocuparam os apartamentos vazios. Em 1978, o IPASE passou a pertencer ao INPS (atual INSS). Assim, todas as terras do Mato Alto fazem parte do patrimônio do IAPAS, mas o conjunto não deixou de ser conhecido como IPASE do Mato Alto. Em abril de 1944, meses após o IPASE comprar a área, o Instituto convidou José Floriano de Souza Portas para morar na Vila Albano, a fim de tomar conta das terras. Atualmente, sua viúva, a octagenária Dulce de Abreu Porta, ainda mora lá com os filhos e mais cinco família de funcionários do IAPAS. Dona Dulce é filha de Celestino Fortunato de Abreu, antigo comerciante da região da Praça Seca, no início do século XX. O Celestino possuía um armazém na esquina das ruas Dr. Bernardino e Japurá. Em 1924, ele vendeu o prédio, quando passou a ser a carvoaria, que existe até os dias de hoje.

Dona Maria Luiza da Fonseca Menezes, irmã de Dona Emília, portanto, filha do Barão da Taquara com Joana Maria da Penna, era casada com Jerônimo Alpoim da Silva Menezes, o Capitão Menezes. O Barão da Taquara deixou para o casal a outra parte do Engenho de Fora, da atual Rua Capitão Menezes até a Rua Comendador Pinto, e a antiga Fazenda do Macaco, inclusive, o Morro Santa Rosa (localizado no final do Beco Mário Pereira). O Capitão Menezes nasceu em Portugal e faleceu aos 72 anos de idade em 1923. A Dona Maria Luiza nasceu na Fazenda da Taquara em 1865 e faleceu no dia 22 de fevereiro de 1935. Ambos, morreram numa casa que ainda existe na Rua Cândido Benício número 650, que eles construíram na década de 1910, após o grande loteamento das terras. Até a morte de Dona Maria Luiza, ao redor desse prédio, havia grande área arborizada, que ia até a esquina da Rua Pinto Teles. O imóvel era conhecido como sítio do Capitão Menezes.

O Capitão Menezes e Dona Maria Luiza tiveram três filhos: Jerônimo, Bernardino e Joana. Jerônimo era pianista e compositor. Ele faleceu muito jovem, na gripe espanhola em 1918. Bernardino

vendeu muitas das terras, após a morte do pai em 1923. Ele casou-se com Arinda Sarres e teve um único filho: Sérgio da Fonseca Menezes. Bernardino faleceu em 26 de março de 1952. Sua esposa e filho morreram recentemente. A filha do Capitão Menezes chamava-se Joana, mas era conhecida pelo nome de Jane. Foi uma das moças mais bonita de Jacarepaguá nas primeiras décadas do século XX. A Jane casou-se com o delegado de polícia Washington Bueno. O casal teve três filhos: Luciano, Osmani e Maurício. O Washington Bueno faleceu em 17 de maio de 1939. Anos depois, a Joana (ou Jane, como gostava de ser chamada), voltou a se casar com Carlos Afonso Botelho Filho, com o qual não teve filhos. A Jane faleceu em 3 de junho de 1949. Os seus três filhos morreram recentemente. Dois deles têm descendentes na região da Praça Seca. A esposa do Osmani, Dona Mercedes Surrage Bueno, reside na Rua Japurá, com as filhas Jane e Ângela Maria. Essas filhas do Osmani vem a ser trinetas do Barão da Taquara e bisnetas do Capitão Menezes e Dona Maria Luiza. No IPASE do Mato Alto, moram Dona Geralda, esposa do Luciano; e os filhos Roberto, Sérgio e Sônia Regina, que também são trinetos do Barão da Taquara e bisnetos do Capitão Menezes e Dona Maria Luiza. O Maurício, quando solteiro, morou com a avó na Rua Cândido Benício, mas, depois de casado, residiu sempre na Baixada Fluminense. Com a esposa Carmem, que é irmã de Dona Geralda, teve cinco filhos.

O terceiro filho do Barão da Taquara com Joana Maria da Penna foi Jerônimo Pinto da Fonseca, que nasceu em 1873 e faleceu em 14 de abril de 1930. O Barão deixou para ele a parte das terras do Engenho de Fora situada no Tanque, inclusive o Morro da Reunião. O Jerônimo Pinto foi um dos primeiros administradores do Cemitério do Pechincha. Casou-se com Elvira Barbosa da Fonseca, com a qual teve oito filhos: Francisco, Fausto, Néelson, Lauro, Maria José, Olímpio, Dulce e Sílvia.

Um dos primeiros desmembramentos do Engenho de Fora se deu na Estrada de Jacarepaguá, perto do Largo do Campinho. Nos dias de hoje, pode-se identificar essas terras pelas seguintes dimensões: ao fundo, o morro; na frente, a Rua Cândido Benício; e nas laterais, as ruas Francisco Gifoni e Comendador Pinto. O foreiro dessa propriedade foi mo agricultor Lodovico Teles Barbosa, plantador de café daquela área. O Ludovico foi bisavô do Geremário Dantas, famoso morador daquelas paragens, desde a infância no final do século XIX até as primeiras décadas do século XX, quando se tornou político bastante conhecido. O terreno do atual Externato Geremário Dantas, inclusive, foi doado, após sua morte, para as irmãs da Sociedade das Filhas de Nossa Senhora do Sagrado construir esse estabelecimento de ensino. Antônio Geremário Teles Dantas nasceu no dia 24 de setembro de 1889, na Fazenda do Valqueire, que era cultivada pelo seu avô materno, Francisco Teles (o Chico Teles). A Fazenda do Valqueire ficava na Estrada Real de Santa Cruz (hoje Intendente Magalhães).

Em 1927, os proprietários da fazenda (a propriedade era alugada ao Chico Teles) realizaram o loteamento da área, com ruas largas e nomes de flores, que continuou com a designação de Valqueire.

Na época do nascimento do Geremário Dantas, seus pais já residiam na Rua Cândido Benício, mas a mãe (Dona Francina Teles de Moraes Barbosa) foi para a fazenda ao aproximara a hora do parto. O pai do Geremário, Francisco Dantas de Moraes Barbosa, foi professor em Jacarepaguá. O casal teve outro filho: Francisco Prisco Dantas, que faleceu em 1955. O Francisco Prisco morou numa casa, por ele construída em 1919, ao lado do atual Externato Geremário Dantas, mas que na época era uma casa vizinha da residência dos pais. Esse imóvel, que até a década de 1980 , tinha uma oficina de automóveis nos fundos do terreno, foi vendido pelos descendente de Francisco Prisco em 1985, e derrubado no mesmo ano. No segundo casamento do seu pai, com Anália Paranhos, o Geremário teve mais quatro irmãos: Anália, Moacir, Zenaide e Francisco. Todos habitaram, com Geremário e o pai, a casa da Rua Cândido Benício. O Geremário foi advogado, jornalista e escritor. Escreveu muito livros sobre café e política. Foi intendente (vereador) municipal e secretário de fazenda do antigo Distrito Federal (Rio), nos governos dos prefeitos Alaor Prata e Antônio Prado Júnior. Em 9 de julho de 1925, casou-se com Maria da Glória de Sá Freire Dantas, filha do político Milcíades Mário de Sá Freire (prefeito no Governo de Eptácio Pessoa de 1919 a 1920).Depois de casado, Geremário Dantas foi morar na Rua José Higino, na Tijuca, bairro em que residiam os pais da esposa. O casal só teve um filho: Francisco Geremário de Sá Freire Dantas. O Geremário morreu em Petrópolis em 20 de fevereiro de 1935, vítima de leucemia. No dia seguinte, foi sepultado no Cemitério do Pechincha. Um ano depois, em 1936, a antiga Estrada da Freguesia passou a ser chamada de Avenida Geremário Dantas. Sua esposa, Maria da Glória, faleceu em 1975 aos 82 anos de idade, e ocupa o mausoléu ao lado do marido, no Pechincha.

Outro político que habitou o Vale do Marangá nas virada do século XIX para o XX foi o senador Lauro Severiano Müller. Nascido em Florianópolis e diversas vezes governador de Santa Catarina, ele possuía duas moradias no Rio de Janeiro (a capital federal), pois, além de senador, foi Ministro da Viação no Governo do Presidente Rodrigues Alves de 1902 a 1906. Uma residência era nas Laranjeiras. A outra na atual Rua Florianópolis, onde hoje é a Beneficência Portuguesa. O logradouro, que se chamava Emília, passou a ser Florianópolis, após a morte de Lauro Müller em 1926, numa homenagem à cidade em que nasceu. A Rua Emília só não recebeu seu nome, pois já existia na região a Rua Lauro Müller (atual Rua Dias Vieira), onde ele possuía um sítio.

A propriedade do senador Lauro Müller na Rua Emília somava cerca de 150 mil metros quadrados, na qual o ministro construiu, no final do século XIX, uma casa assobradada com cinco janelas de frente, onde se avistava todo o Vale do Marangá (hoje em dia, nesse prédio funciona a secretaria e administração dos sanatórios da Beneficência). Lá o senador catarinense viveu com a família, nas duas primeiras décadas do século XX. Ele era casado com Dona Luiza Andrade Müller e tinha três filhos: Lito, Laurita e Antônio Pedro. Além desses, existia um filho de criação, Galdino José da Silva, que herdou fração das terras do lado da Rua Albano. A maior parte das terras (127 metros quadrados) Lauro Müller vendeu em

27 de outubro de 1923, para a Beneficência Portuguesa. A entidade manteve o casarão e edificou, em diversas épocas, os atuais anexos. Quatro desses pavilhões (um misto, dois femininos e um masculino) formam o sanatório de geriatria. Os outros dois (um masculino e outro feminino) são do sanatório de psiquiatria. Ao fazer esses seis blocos, a Beneficência acompanhou a arquitetura do prédio antigo. O sanatório de geriatria foi inaugurado em 1980, ocupando o lugar do sanatório de tuberculose, que a Beneficência transferiu para outro bairro.

O sítio do Lauro Müller na atual Rua Dias Vieira foi comparado em 1903 em área desmembrada do Engenho de Fora e pode ser reconhecido nos dias de hoje por dois retângulos. Um formado pelas atuais ruas Dias Vieira, Espírito Santo e Carlos Gros, tendo ao fundo o morro. O outro, pelas ruas Dias Vieira, Espírito Santo, Capitão Menezes e Maricá. Lauro Müller vendeu essas terras em 1923 à Companhia Proprietária Brasileira, que as revendeu em loteamento.



Esquina da Rua Cândido Benício com a Praça Barão da Taquara, primeira metade do século XX

Outro ilustre habitante do Vale, no início do século XX, foi o Capitão Francisco da Silveira Machado, que possuía um sítio na Rua Cândido Benício, com 58 mil metros quadrados. O Capitão

Machado era sobrinho do General Pinheiro Machado, o maior político brasileiro dos primórdios da República. Pinheiro Machado visitava muito as terras do sobrinho na Praça Seca, onde passeava quase sempre montando o cavalo Pachá. O general teve morte trágica em 1915: apunhalado pelas costas por Mauro Paiva, no saguão do Hotel dos Estrangeiros. O Capitão Machado, gaúcho como o tio, nasceu em 1864. Estabeleceu-se em Jacarepaguá em 1900, na Estrada do Pau Ferro, no Pechincha. Depois, em 1902, veio para a Rua Cândido Benício, onde expandiu o trabalho de criador e negociante de animais (burros e cavalos). Vendia os cavalos ao exército e os burros, à prefeitura. Dos cavalos fora de venda, para seu uso, o mais famoso foi mo Pachá, que ganhou o 1º Prêmio da Exposição Internacional de 1908, realizada na Praia Vermelha. O treinador do Pachá era o João Felizardo Alves, o João Paradela. O Pachá morreu em 1921 e foi enterrado na própria fazendinha do capitão. As terras do Capitão Machado ficavam situadas desde o atual Supermercado Leão, na esquina da Rua Capitão Menezes com Rua Cândido Benício até junto às lojas do Osório, na esquina da Rua Dr. Bernardino. Os fundos davam para a Rua Pedro Teles. As áreas hoje ocupadas pelo Jacarepaguá Tênis Clube e diversas casas da Rua Capitão Menezes também faziam parte da fazendinha.

O Capitão Machado faleceu aos 67 anos de idade no dia 17 de março de 1931. Sua família continuou com as propriedades até 1938, quando começaram os fracionamentos. A área da Rua Capitão Menezes e Beco Mário Pereira (inclusive, onde é hoje o Jacarepaguá Tênis Clube) foi loteada pela Companhia Territorial Riachuelo. Os desmembramentos que deram origem à Rua Guaporanga foram feitos pelo antigo Banco Oliveira Roxo. A outra grande área, onde ficava a casa-sede da fazendinha, foi vendida a Marcelino Martins Filho, exportador de café. Em 1953, o Marcelino loteou essas terras, surgindo as ruas Dr. Jacundino Barreto e General Vóssio Brígido. A primeira residência desse loteamento foi a do Comandante Francisco Frota, na Rua Dr. Jacundino Barreto, que ficou pronta em 1956. Baltazar, um dos filhos do Capitão Machado, até a pouco tempo morava no que restou das terras do pai, em uma casa antiga no meio de grande terreno, em frente ao Jacarepaguá Tênis Clube. Na década de 1970, ele vendeu esse imóvel, onde foi construído enorme edifício na Rua Cândido Benício número 1.201, inaugurado em 1979. O Baltazar atualmente mora na Zona Sul. O Salvador Machado (o Machadinho), que foi comissário de polícia muito conhecido no bairro, é o único filho do Capitão Machado que ainda reside na região, na Rua Capitão Menezes. Outros filhos: Francisco, que mora no Engenho de dentro; Andreia e Idalea.

O principal responsável pela descaracterização rural da Praça Seca foi sem dúvida o Gastão Taveira. A partir dos primeiros anos do século XX, com suas edificações, inaugurou a era urbana da praça. Dono de grande área, em dois lados da Rua Cândido Benício, do Morro Santa Rosa até a Rua Pedro Teles, ele mandou construir dezenas de imóveis para alugar, alguns ainda existentes. Em 1910, construiu série de casas na Rua Cândido Benício, da esquina da Rua Dr. Bernardino até o atual Edifício

Charlie Chaplin; e na Rua Dr. Bernardino até a esquina da Rua Pedro Teles, inclusive, as três vilas que batizou com nomes das filhas mais velhas: Astrogilda, Mafalda e Zuleika. Em frente ao atual Edifício Charlie Chaplin, ergueu famoso sobrado em 1911. Bem antes, porém, em 1901, o Gastão edificou sua residência ao lado do futuro sobrado. O terreno onde mais tarde surgiria o Esporte Clube Parames também fazia parte das suas terras.

O Gastão Taveira nasceu em Portugal em 1877. Aos oito anos de idade, acompanhou seus pais (Joaquim e Leopoldina Taveira) na imigração para o Rio de Janeiro. Anos depois, começou a trabalhar num quiosque na Praça Mauá. Alguns fregueses eram negociantes de café. O contato com eles fez com que aprendesse as artimanhas do ramo. Tornou-se excelente exportador de café e ficou rico ao comprar todo o estoque do café brasileiro e revender para os Estados Unidos. Foi nesse período que adquiriu as terras da Praça Seca e as edificou. O Gastão Taveira casou-se com Dona Julieta da Cunha Bastos Taveira, filha do Dr. Bernardino Marques da Cunha Bastos, autor do projeto das ruas da Praça Seca. O Dr. Bernardino também era negociante de café e proprietário de terras na região da Praça Seca. Morava com o genro na Rua Cândido Benício. O Gastão, além das filhas Astrogilda, Mafalda e Zuleika, teve mais dois filhos, que nasceram após a construção das vilas da Rua Dr. Bernardino: Dulce e Bernardino. Vítima de broncopneumonia, Gastão Taveira faleceu aos 41 anos de idade em 1918. Mais tarde, por causa da inexperiência da família, seus descendentes perderam os imóveis para Ernest Simon, que vendeu tudo para o Banco Francês. Em 1924, o Victor Parames Domingues comprou do Banco Francês todas as propriedades do Gastão Taveira na Praça Seca.

O Victor Parames Domingues nasceu na Espanha em 1872. Com apenas 13 anos de idade, veio para o Brasil trabalhar num botequim. Mais tarde, um tio lhe deixou como herança um armazém em São Cristóvão. A partir daí, iniciou fortuna. Em 1924, comprou os imóveis da Praça Seca e os alugou como fazia o Gastão Taveira. O Parames casou-se com Dona Emília e teve cinco filhos: Leotilde, Victor, Isaura, Laurinda e Afonso. A Isaura, que casou com o político e médico Gabriel Capistrano Júnior, foi a única da família que morou nas terras do pai, no antigo sítio do Gastão Taveira, na Rua Cândido Benício. Na década de 1960, nesse sítio, foram realizadas inúmeras festas da Fundação da Beneficência Espanhola. O Victor Parames Domingues faleceu aos 67 anos de idade em 1939. A partir desse ano, o seu filho Victor Parames Fortes passou a administrar os imóveis até 23 de maio de 1985, quando também faleceu.

O Victor Parames Fortes, em 1956, derrubou parte do sobrado e levantou o edifício, onde atualmente, entre outras lojas, existem a Drogas Mil e os laboratórios de análise. Os apartamentos foram vendidos, e as lojas alugadas. Depois, no início da década de 1960, demoliu o que restou do sobrado, a fim de construir o prolongamento do edifício, mas houve problema com a imobiliária e a obra nem sequer começaria. Somente em 1977 é que o BANERJ abriu sua agência nesse local e paga aluguel à família do Parames. Também na década de 1970, o Victor Parames Fortes vendeu algumas terras da Rua Pedro

Teles, inclusive o terreno onde ficava o Esporte Clube Parames; e a grande área da Cândido Benício, onde morou a irmã Isaura com o Dr. Capistrano Júnior. As casas da Rua Dr. Bernardino (as que imitam tijolinhos) ele reformou e retornou a alugar. Além desses imóveis, continuam pertencendo à família: os prédios comerciais da esquina das ruas Dr. Bernardino e Pedro Teles, inclusive a biblioteca; as casas velhas da Rua Cândido Benício, a partir do curso de idiomas até quase esquina da Rua Dr. Bernardino; e as lojas comerciais do prédio em frente ao Edifício Charlie Chaplin, inclusive o BANERJ.

No lugar do Edifício Charlie Chaplin existiu grande área que ia até a Rua Pedro Teles, cujo proprietário, no início do século XX, foi José Luciano Carneiro, também dono do terreno da esquina da praça, onde em 1908 construiu os prédios da padaria Marangá (hoje restaurante Bola Branca), Café Recreio da Praça e da atual farmácia Droga Musa. Na área do futuro Edifício Charlie Chaplin, o José Carneiro ergueu um casarão. Ele locou todos esses imóveis, pois continuou residindo em Cascadura, na Rua da Pedreira. Falecendo em 1929, deixou as propriedades para os filhos: Luciano Carneiro (muito conhecido como Carneirinho) e Maria José Carneiro, que prosseguiram no regime de locação. Entre outros, foram inquilinos no casarão da Cândido Benício: Dr. Manuel de Moraes, o Gerard Rocha Duarte (Azinho) e o Cândido Camacho (cabo eleitoral de prestígio na região). Em 1936, Dona Maria José Carneiro casou-se com Frederico Garcez e foi morar no Méier. Em 1945, o casal veio para o casarão da praça, mas não ocupou o terreno dos fundos, que estava arrendado pelo português João José. Este transformou a área locada em fértil chácara, com frente para a Rua Pedro Teles (atualmente, no local, existe a vila seiscentos).

O chacareiro João José era casado com Dona Nazareth. Os filhos (Augusto, Toninho, Davi e Esmeralda) freqüentavam a praça e eram conhecidos na região. O Garcez, já no final da década de 1950, entrou na justiça com ordem de despejo para o João José. Porém, este ganhou na primeira instância. Na noite desse dia, o João José festejou e espocou foguetes em direção ao telhado do Garcez. Depois, entretanto, a própria justiça deu ganho de causa ao Garcez, e português abandonou as terras. Em 1960, a antiga chácara foi loteada, e começou a surgir a vila número 600 da Rua Pedro Teles. Em 1968, o casarão da Rua Cândido Benício foi demolido. No local, inaugurou-se, em 1973, um posto de gasolina da Petrobrás, que durou até 1979, quando foram iniciadas as obras do Edifício Charlie Chaplin. Após a demolição do casarão o Garcez com a esposa Maria José, foi morar na Rua Marangá e, depois, mudou-se para Copacabana. Os descendentes do casal são donos da maioria das lojas do Edifício Charlie Chaplin, em virtude da permuta do terreno com a construtora. Também continuam proprietários das três lojas do outro lado da rua: Bola Branca, Café Recreio da Praça e Droga Musa.

Na Rua Pedro Teles, ao lado oposto das terras do José Luciano Carneiro, havia outra grande área, que se estendia até à Rua Japurá e pertencia a quatro irmãs cearenses: Maria Ricardina, Maria Henriqueta, Alzira e Henriqueta. Elas, quando se transferiram do Catete para a Praça Seca, na década de 1910,

trouxeram um sobrinho ainda pequeno, que, mais tarde, se tornaria o proprietário das terras: Lauro de Matos Mendes. As tias do Lauro morreram bastante idosas no início da década de 1950. Assim, ele herdou a propriedade. Em 1958, loteou a área, com casas de frente para a Rua Pedro Teles e as três vilas, atualmente números 497, 529 e 595, todas também da Rua Pedro Teles. Após o loteamento, foi morar na Rua Marangá, onde faleceu aos 85 anos de idade no dia 22 de novembro de 1980.

Na mesma Rua Pedro Teles, também na década de 1910, Francisco Moreira Felgueiras construiu, na esquina com a Rua Dr. Bernardino, uma pitoresca residência, muito conhecida através dos tempos como pavilhão ou castelinho. Na década de 1930, alugava o pavilhão. Foi nessa época que morou ali o Francisco Sales, pioneiro na profissão de repórter-fotográfico e chefe de reportagem do jornal integralista "A Ofensiva", dirigido por Plínio Salgado. O Francisco Sales era irmão de Liberalina Sales da Silva, casada com o poeta Aníbal Teófilo. Foi o Francisco que criou a filha do casal (Elisa), após a morte de Aníbal Teófilo, assassinado pelo escritor Gilberto Amado, no salão nobre do Jornal do Comércio. A Elisa, mesmo depois de casa, continuou com o tio no castelinho da Rua Pedro Teles. Seus filhos (Aníbal, Alcindo, Arnaldo, Armando, Alcélcio e Alberto) foram criados no enorme terreno do imóvel, que media 12 mil metros quadrados e possuía até um campo de futebol. Em 1936, caiu um raio na torre do prédio, destruindo-o parcialmente e provocando revoada de andorinhas, que faziam ninho no sótão. No início da década de 1940, o Felgueiras vendeu o imóvel para Adriano Batista de Carvalho. Durante a mesma década morou ali o Amílcar, irmão de Adriano. Os dois eram da Bahia e hospedaram no pavilhão o ator baiano Zé Trindade, quando este veio para o Rio de Janeiro. O Adriano loteou o terreno em 1949, quando o pavilhão foi derrubado e surgiram as duas vilas e diversos prédios.

A Rua Cândido Benício, que divide a praça ao meio, atravessa todo o Vale do Marangá, fazendo esquina com outras vinte ruas. Muitos homenageados desses logradouros, como o próprio médico Cândido Benício, residiram na região. Outros, talvez até nunca tenham passado por aqui. Vejamos quem foram as pessoas que emprestaram seus nomes para as ruas que cortam a Cândido Benício, do Campinho até o Tanque.

Rua Francisco Gifoni – farmacêutico famoso, que faleceu em 1934 aos 68 anos de idade. Pioneiro a introduzir no Brasil os extratos fluídos, que só existiam na Europa. Em 1935, o trecho inicial da Rua Teles recebeu seu nome.

Rua Comendador Pinto – Comendador Francisco Pinto da Fonseca, pai do Barão da Taquara.

Rua Ana Teles – Ana Teles Rudge, filha do Barão da Taquara.

Rua Pinto Teles – médico Francisco Pinto da Fonseca Teles, filho do Barão da Taquara. Rua Dias Vieira – João Pedro Dias Vieira, falecido em 1870. Foi Ministro da Marinha durante a Guerra do Paraguai. A rua recebeu seu nome em 1993. Antes, era Rua Lauro Müller.

Rua Capitão Menezes – Capitão Jerônimo Alpoim Menezes, casado com Dona Maria Luiza, filha do Barão da Taquara.

Beco Mário Pereira – Um grande erro. Esse logradouro foi em homenagem à parteira Maria Pereira, que morou ali no século XIX e primeiras décadas do século XX. Maria Pereira fez trabalho de parto em quase todas as pessoas nascidas naquele período na região da Praça Seca. Não se sabe quem trocou o nome de Maria por Mário.

Rua Guaporanga - planta brasileira medicinal da família das mirtáceas. A rua ia se chamar Aracuã (nome tupi de ave da família dos cracídeos), mas, por sugestão de um dos seus primeiros moradores, o farmacêutico homeopata Henrique Bandeira, pai do ex-massagista do Flamengo e Seleção Brasileira João Carlos Bandeira, foi oficializada como Guaporanga.

Rua Dr. Jacundino Barreto – engenheiro e professor. Foi responsável pelas obras de saneamento da Baixada Fluminense. Lecionou no Colégio Dom Sebastião Leme e foi diretor do Ginásio Santa Cruz. Faleceu em 1935. Foi dado seu nome à rua em 1953.

Rua General Vóssio Brígido – General Rodolfo Vóssio Brígido, nascido no Ceará. Foi professor de Português no Colégio Militar, onde começou a lecionar no início do século XX, quando era tenente. Faleceu em 1951. O fato interessante é que, após seu falecimento, alunos do Colégio Militar, num abaixo-assinado, pediram à Prefeitura Que a antiga Rua Universidade, que ficava perto do colégio, recebesse o nome do general, que foi seu primeiro habitante. Mas, sem que ninguém soubesse o motivo, essa rua foi oficializada com o nome de Deputado Soares Filho em 1953. No mesmo ano, passou a ser chamada de General Vóssio Brígido a rua da Praça Seca.

Rua Dr. Bernardino – engenheiro Bernardino Marques da Cunha Bastos, autor do projeto que traçou as ruas da região da Praça Seca. Morou na Rua Cândido Benício.

Rua Baronesa – em homenagem à Baronesa da Taquara.

Rua Barão – em homenagem ao Barão da Taquara.

Rua Florianópolis – lembra a capital de Santa Catarina, por causa do Ministro Lauro Müller, nascido em Florianópolis e que morou nessa rua. Antes, se chamava Emília, em homenagem à Dona Emília Joana Fonseca Marques, filha do Barão da Taquara.

Rua Albano – Albano Raimundo da Fonseca Marques, marido de Dona Emília. Estrada Comandante Luiz Souto – Luiz Felipe de Figueiras Souto, oficial da Marinha de Guerra, um dos 337 mortos no acidente com o Cruzador Bahia, no dia 4 de julho de 1945, durante a II Guerra Mundial. O antigo Caminho da Chácara recebeu seu nome em 1951.

Rua Godofredo Viana – senador pelo Estado do Maranhão, durante a década de 1930. Frequentava muito a casa do Galdino José da Silva, na Rua Albano. Foi justamente por iniciativa do Galdino que o antigo Caminho do Sapê passou a se chamar Godofredo Viana em 1934.

Ladeira da Reunião – por causa do próprio Morro da Reunião.

Rua Nuporanga – antiga Rua Batista Pereira. Recebeu o nome atual em 1942 em homenagem à cidade de Nuporanga, em São Paulo. Nuporanga é palavra tupi-guarani que significa campo belo.

Rua Elvira da Fonseca – esposa do Jerônimo Pinto da Fonseca, filho do Barão da Taquara.

A Rua Pedro Teles, paralela à Cândido Benício, antiga Estrada do Marangá de Baixo, é em memória do tio do Barão da Taquara, Pedro Antônio Teles Barreto de Menezes, que foi irmão de Dona Ana Maria Teles de Menezes, mãe do Barão. A Rua Japurá tem o significado em tupi-guarani de mentira. No início do século XX, seu nome era Rua Adelaide (esposa do Dr. Bernardino). A Rua Içá também vem do tupi-guarani. Içá é um tipo de formigas cheias de ovos, que surgem em bandos na época do calor. Os indígenas comiam os içás fritos com um pouco de sal. Japurá e Içá são nomes de rios na Amazônia. A Rua Capitão Machado é em homenagem ao fazendeiro local, Capitão Francisco da Silveira Machado.

A Rua Maricá foi aberta em 1925, com apenas 200 metros após a Rua Capitão Menezes. Não tinha seguimento e terminava na Rua Lauro Müller (atual Dias Vieira). A Lauro Müller ia da Rua Cândido Benício até a Rua Araruama (hoje Espírito Santo). Essas três ruas são do loteamento de 1925, nas terras do Capitão Menezes. Em 1933, é que a Rua Lauro Müller passou a ser chamada de Rua Dias Vieira, estendendo-se novo trecho até a Rua Japurá, que também em 1933 teve prolongamento a partir da Rua Capitão Menezes. As aberturas desses logradouros acabaram com o antigo campo de futebol do Marangá. A Rua Araruama trocou o nome para Rua Espírito Santo em 1948. As ruas Maricá e Araruama tiveram esse nome numa alusão às duas lagoas do Estado do Rio de Janeiro. São palavras do tupi-guarani. Maricá significa espinheiro ou planta espinhosa. Araruama, comedouro ou bebedouro das araras. A Rua Maricá em 1935 teve grande prolongamento em direção ao Campinho, unido-se com a Rua Teles. A Rua Teles é bem antiga e vem desde o início do século XX. Ao contrário do que se pode pensar, ela não é homenagem à família do Barão, mas sim da ascendência do Antônio Geremário Teles Dantas, donos das terras daquele trecho na época da criação da rua.

A antiga rua Itapuca, antes conhecida como Rua 21 de Maio, passou a se chamara Gastão Taveira em 1948, numa justa homenagem, embora tardia, ao personagem de muita importância no desenvolvimento da região. A Rua Parintins na década de 1920 tinha o nome de Rua Lorina. A Estrada do Macaco dividiu-se em diferentes épocas, formando dois logradouros. Em 1934, surgia a Rua Luís Beltrão, originada pelo final dessa estrada (da atual Quiririm até a Parintins) e pelo Caminho do Valqueire. Em 1941, outro trecho da Estrada do Macaco, o mais longo, recebeu o nome de Rua Quiririm. A Rua Jerônimo Pinto lembra Jerônimo Pinto da Fonseca, filho do Barão da Taquara. A Rua Francisco recorda um dos netos do Barão, o advogado Francisco Taquara da Fonseca Teles, filho de Francisco Pinto da Fonseca Teles. A Rua Guarapes foi oficializada em 1933. Antes, chamava-se Elza, outra neta do Barão, Elza Teles Rudge, filha de Ana Teles Rudge. A Travessa Pinto Teles, no início do século XX, era Rua

Maria Luiza, em homenagem à filha do Barão, Maria Luiza da Fonseca Menezes, esposa do Capitão Menezes.

Em 1954, nas ruas Luís Beltrão, Baronesa, Marangá e Capitão Menezes, realizaram-se escavações para colocações de enormes manilhas, com diâmetro de 1 metro e 75 centímetros, que foi parte da obra da Adutora Henrique Novaes, cujos percurso total é do Rio Guandu até a represa dos Macacos, onde abastece de água toda a Zona Sul. A adutora, na sua passagem, também fornece água para outras localidades, inclusive à região da Praça Seca, através do reservatório do Morro da Reunião, no Tanque. Quando a escavação da gigantesca vala chegou na esquina da Rua Cândido Benício, o trânsito foi desviado. Mas os usuários dos bondes tinha que fazer baldeação. Os bondes vinham de Cascadura até em frente ao atual Chopão. Ali os passageiros saltavam e pegavam outro bonde estacionado no meio da praça, a fim de continuarem a viagem à Freguesia ou Taquara. Houve muitos acidentes durante a construção da adutora na Praça Seca. O mais grave foi a morte de um operário, que trabalhava no fundo do valão na Rua Baronesa, em frente ao terreno do General Lauro Dias Barreto, quando houve um desmoronamento de terra em cima dele. A propriedade do General Barreto era onde existe os imóveis da Rua Baronesa números 716, 729, 730 (a vila) e 750 (a Academia Corpus). O terreno era bem grande, com um casarão no centro. Tinha duas frentes: na Rua Baronesa e na Rua Barão.

Fonte: <https://www.omelhordobairro.com/riodejaneiro-pracaseca/historia>

REVISTA CONHECIMENTO & CIDADANIA



**Inscreeva-se no
canal!**



Caderno Direito nas Escolas

Princípios gerais do Direito Penal

Por Leandro Costa e Munique Costa

Princípio da Legalidade (art. 5º, II, da CRFB)

É uma das bases de um Estado de Direito – um Estado regido por leis. Segundo esse princípio, as pessoas podem fazer tudo aquilo que a lei não as impede e o Estado pode fazer apenas aquilo que a lei o permite.

O princípio da legalidade é aplicado aos indivíduos e ao Estado de maneira diferente. Quando se trata das pessoas, elas são livres para agir como quiserem, desde que não desrespeitem nenhuma lei. O Estado, por outro lado, não tem a mesma liberdade que os indivíduos, pois somente poderá agir dentro do que é lhe permitido pela lei.

Fonte: <https://www.politize.com.br/artigo-5/principio-da-legalidade/>

Princípio da reserva legal (art. 5º, XXXIX, da CRFB e art. 1º, do Código Penal)

Uma das exigências trazidas pelo Princípio da Reserva Legal, é de que o agente somente poderá ser processado, se sua conduta for previamente tipificada (com clareza e precisão) como crime.

O “Princípio da Reserva Legal”, também denominado “Estrita Legalidade”, é, antes de mais nada uma cláusula pétrea, uma vez que encontra-se disposto no artigo 5º, XXXIX de nossa Carta Magna, ou seja, trata-se de um Direito, e principalmente uma Garantia Fundamental, sendo portanto, inadmissível sua violação, supressão, ou desrespeito à sua prevalência em relação às normas infraconstitucionais.

Fonte: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/8600/Principio-da-reserva-legal-o-legitimador-da-atuacao-do-Estado-na-persecucao-penal>

Princípio da irretroatividade (art. 5º, XL, da CRFB)

A lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu, impondo-se, assim, a irretroatividade da lei penal, salvo quando a lei nova seja benéfica ao acusado.

Fonte: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/8062/Da-lei-penal-no-tempo>

Presunção de inocência (art. 5º, LVII, da CRFB)

A presunção de inocência está disposta no artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal e é compreendida como uma garantia constitucional de que o réu da ação só será considerado “culpado após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória”. Trata-se de um mecanismo de extrema



Caderno Direito nas Escolas

importância no Direito Processual, o qual preceitua que só deverá ser realmente considerado culpado o acusado que teve provada sua culpa em sentença irrecorrível (ou seja, contra a qual não existam mais recursos).

Fonte: <https://www.politize.com.br/presuncao-de-inocencia-o-que-e/>

Princípios do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, LV, da CRFB)

• Contraditório

O contraditório se refere ao direito que o interessado possui de tomar conhecimento das alegações da parte contrária e contra eles poder se contrapor, podendo, assim, influenciar no convencimento do julgador.

• Ampla defesa

A ampla defesa confere ao cidadão o direito de alegar, podendo se valer de todos os meios e recursos juridicamente válidos, vedando, por conseguinte, o cerceamento do direito de defesa.

Fonte: <https://jus.com.br/artigos/56088/principio-da-contraditorio-e-da-ampla-defesa>

Responsabilidade pessoal (art. 5º, XLV, da CRFB)

A responsabilidade penal não pode ser imputada a outra pessoa que não seja o próprio condenado criminalmente. Mas, porém, a reparação deste dano pode ser transferida a outra pessoa, não englobando com uma penalidade e sim como responsabilidade civil.

Fonte: <https://jus.com.br/artigos/61921/art-5-da-cf-88-inciso-xlv>

Individualização da pena (art. 5º, XLVI, da CRFB)

A individualização da pena consiste em aplicar o direito a cada caso concreto, levando-se em conta suas particularidades, o grau de lesividade do bem jurídico penal tutelado, bem como os pormenores da personalidade do agente.

Fonte: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/427/edicao-1/individualizacao-da-pena>

Redes sociais

Canal Revista Conhecimento & Cidadania

Inscreva-se e compartilhe!



Colaboradores



www.direitonasescolas.com



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE JURISTAS CONSERVADORES

[@abracjuoficial](https://www.instagram.com/abracjuoficial)

Para ajudar a continuarmos com este trabalho, doe qualquer quantia:
PIX: 28.814.886/0001-26

Garanta o seu!!!



Revista Conhecimento & Cidadania

A REVISTA DIGITAL DA DIREITA CONSERVADORA



Por Apenas
R\$ 19,90

Acompanhe-nos nas redes sociais

 @RevistaConhecimentoCidadania

 @revistaconhecimentocidadania

 @revistaconhecimentocidadania



Na compra do E-book da Revista ganhe o E-book: O mínimo que você deveria saber para votar em 2022.



Compre aqui

